

47

ESTUDOS DA CENTRAL  
DE BALANÇOS

ANÁLISE DAS EMPRESAS  
DA REGIÃO DO ALGARVE

AGO. 2021



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA







# 47

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

### ANÁLISE DAS EMPRESAS DA REGIÃO DO ALGARVE

AGO. 2021



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSYSTEM

Lisboa, 2021 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2019, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Excecionalmente, devido à pandemia de COVID-19, o prazo para cumprimento da obrigação de entrega da IES referente a 2019 foi prorrogado até ao dia 15 de setembro de 2020.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período compreendido entre junho de 2015 e dezembro de 2020.



# Sumário

Em 2019, estavam sediadas na região do Algarve 24 mil empresas, as quais representavam 5,1% do total das empresas em atividade em Portugal. Estas empresas eram responsáveis por 2,3% do volume de negócios (9 mil milhões de euros) e 3,8% das pessoas ao serviço (122 mil pessoas).

A maioria das empresas da região estava sediada no Algarve Central (60%), sub-região responsável por 63% do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço da região. Seguiu-se o Barlavento Algarvio, que concentrava 35% das empresas da região e um terço dos respetivos volume de negócios e número de pessoas ao serviço. A sub-região do Sotavento Algarvio assumia um peso igual ou inferior a 5% nos vários indicadores considerados.

Os outros serviços (nos quais se incluem, entre outras, as atividades ligadas à hotelaria, à restauração e aos transportes) eram o setor mais relevante na região do Algarve: agregavam 45% do volume de negócios e 60% das empresas e das pessoas ao serviço. Destacava-se ainda o setor do comércio, responsável por 36% do volume de negócios gerado na região.

A região do Algarve assumia maior relevância na construção e nos outros serviços, ao agregar 6,5% e 5,9% das empresas destes setores, respetivamente. Em termos do volume de negócios, a região destacava-se no setor da construção, ao ser responsável por 4,6% do volume de negócios gerado pelas empresas deste setor em Portugal.

As microempresas representavam 89% das empresas da região do Algarve. Estas empresas eram responsáveis por 31% do volume de negócios e 36% do número de pessoas ao serviço da região. As pequenas e médias empresas, representativas de 11% das empresas sediadas na região, agregavam as maiores parcelas do volume de negócios (59%) e do número de pessoas ao serviço (53%).

Por classes de maturidade, 56% das empresas da região do Algarve tinham até 10 anos de atividade. Esta percentagem era semelhante à observada no total das empresas. As empresas com mais de 20 anos eram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço (40% e 33%, respetivamente).

O número de empresas em atividade na região do Algarve aumentou 4,8% entre 2018 e 2019, crescimento superior ao observado para o total das empresas (3,5%). O aumento do número de empresas foi transversal a todas as sub-regiões: 5,6% no Algarve Central, 3,9% no Barlavento Algarvio e 2,5% no Sotavento Algarvio.

Em 2019, o volume de negócios da região aumentou 7,3%. Todos os setores de atividade registaram aumentos do volume de negócios. Os gastos da atividade operacional cresceram 7,4%. As subidas do volume de negócios e dos gastos da atividade operacional das empresas da região do Algarve foram superiores às registadas no total das empresas (3,6% e 3,4%, respetivamente). O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) era a componente mais relevante dos gastos da atividade operacional das empresas da região (45%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (33%) e os gastos com o pessoal (23%).

O EBITDA gerado pelas empresas da região do Algarve subiu 9,4%, em 2019, acréscimo superior ao verificado no total das empresas (0,6%), mas inferior ao observado na região em 2018 (12,0%). O crescimento do EBITDA das empresas da região do Algarve foi, pelo quarto ano consecutivo, superior ao do total das empresas em Portugal. Em 2019, na região do Algarve, o EBITDA de todos os setores de atividade aumentou.

A rentabilidade dos capitais próprios da região do Algarve foi de 8,0%, em 2019, valor acima do registado no total das empresas (7,2%). A maior rentabilidade dos capitais próprios na região resultou, essencialmente, da maior rentabilidade das vendas, determinada pelas características intrínsecas das empresas da região.

A autonomia financeira da região do Algarve foi de 35%, percentagem abaixo dos 37% observados no total das empresas, em 2019. No mesmo ano, 29% das empresas da região apresentaram capitais próprios negativos (25% no total das empresas).

A dívida remunerada representava 50% do passivo das empresas da região, valor inferior ao verificado no total das empresas (52%). Os empréstimos bancários constituíam a maior parcela da dívida remunerada (56%). Os financiamentos de empresas do grupo também assumiam destaque para as empresas da região, ao representarem 31% da dívida remunerada.

O passivo das empresas da região diminuiu 2,0% em 2019 (aumento de 2,1% no total das empresas), em consequência da redução de 6,0% da dívida remunerada.

Os gastos de financiamento da região do Algarve diminuíram, em média, 12% em 2019 (1,4% no total das empresas). O rácio de pressão financeira da região diminuiu 2,6 pp, para 10,3% (14% no total das empresas), beneficiando igualmente do aumento do EBITDA.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, no final de 2020, os empréstimos concedidos pelo setor bancário residente em Portugal às empresas da região do Algarve representavam 4,4% dos empréstimos concedidos ao total das empresas. O rácio de empréstimos vencidos na região era de 3,3%, percentagem marginalmente inferior à registada pelo total das empresas (3,4%). Entre o final de 2015 e o final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos da região diminuiu 27 pp (redução de 12 pp no total das empresas). No final de 2020, a percentagem de empresas com crédito em incumprimento na região do Algarve era de 16%, valor similar ao observado no total das empresas. Entre o final de 2015 e o final de 2020, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos diminuiu 12 pp na região (redução de 11 pp no total das empresas).

Em 2019, o financiamento por créditos comerciais representava 9% do passivo das empresas da região do Algarve (17% no total das empresas). Esta assumia maior relevância, na região do Algarve, na estrutura do passivo das empresas do setor do comércio. O financiamento líquido por dívida comercial foi positivo, pelo terceiro ano consecutivo, num montante equivalente a 1,2% do volume de negócios agregado da região.

# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise das empresas da região do Algarve | **9**

1 Introdução | **11**

2 Estrutura e demografia | **14**

2.1 Estrutura | **14**

2.2 Demografia | **30**

3 Análise económica e financeira | **32**

3.1 Atividade e rendibilidade | **32**

**Caixa 1** • Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios | **42**

3.2 Situação financeira | **50**

**Caixa 2** • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **55**

## II Anexo | **65**

1 Síntese metodológica | **67**

Siglas e acrónimos | **70**

Referências | **71**

Estudos da Central de Balanços | **72**

---

---

# I Análise das empresas da região do Algarve

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O presente estudo apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das empresas<sup>1</sup> da **região do Algarve**, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>. Este estudo integra um conjunto de análises regionais, tendo por base a desagregação do território nacional atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS)<sup>3</sup>.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal<sup>4</sup>.

Este estudo é especificamente orientado para uma análise regional, na qual os dados agregados das empresas não financeiras residentes em Portugal são desagregados pelas regiões que constituem o território de Portugal de acordo com a NUTS, considerando-se, para este efeito, o conjunto das empresas da região do Algarve. Não obstante, na medida em que esta região não apresenta qualquer decomposição adicional no âmbito da atual NUTS (versão de 2013), no presente estudo segmentou-se a região do Algarve tendo em conta os **municípios** que a integram, em linha com outras publicações da mesma índole da responsabilidade de organismos oficiais

<sup>1</sup> Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

<sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem mais de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São também consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* e o *Estudo da Central de Balanços 36 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.

<sup>3</sup> A situação das empresas da região do Algarve, assim como das restantes regiões portuguesas (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), foi analisada no *Estudo da Central de Balanços 31 – Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*, de abril de 2018.

<sup>4</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas nos Quadros do Setor, disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.

associados a esta região<sup>5</sup>. Assim, os municípios de Vila do Bispo, Aljezur, Monchique, Lagos, Portimão, Lagoa e Silves foram considerados de forma agregada na sub-região do **Barlavento Algarvio**, os municípios de Albufeira, Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão e Tavira na sub-região do **Algarve Central** e os municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António na sub-região do **Sotavento Algarvio**.

A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal<sup>6</sup>, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

A análise incide essencialmente sobre o período 2015-2019, com base nos dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O ano de 2020 é mencionado sempre que existe informação relativa ao mesmo, como acontece no caso da análise do financiamento por empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, com base em dados obtidos a partir da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Para alguns indicadores selecionados, é desagregado o diferencial registado entre o valor agregado de cada uma das sub-regiões analisadas (que integram a região do Algarve) e o valor relativo ao total das empresas da região do Algarve como um todo (ou entre o valor desta região e o do total do território nacional). Decompõe-se a diferença no efeito resultante da distinta composição setorial e no efeito das características intrínsecas das empresas. Esta decomposição segue a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017)<sup>7</sup>.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caracterização das empresas da região do Algarve. É detalhada a estrutura da região por setores de atividade económica e sub-regiões e analisada a especialização setorial das sub-regiões que a integram. É ainda descrita a estrutura das empresas da região por classes de dimensão e de maturidade e apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e determina-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na Caixa 1, “Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios”, é apresentada uma análise da rendibilidade dos capitais próprios atendendo a um conjunto de

<sup>5</sup> Como seja a Comunidade Intermunicipal do Algarve, que congrega os dezasseis municípios da região do Algarve (por exemplo, no *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Barlavento Algarvio*, entre outras publicações).

<sup>6</sup> O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

<sup>7</sup> O diferencial entre o valor de um rácio numa dada sub-região e o seu valor para o total das empresas da região do Algarve pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de uma dada sub-região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem da globalidade da região nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada sub-região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

fatores explicativos obtidos a partir da Análise DuPont<sup>8</sup> para a decomposição deste indicador. Na Caixa 2, “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelos bancos residentes em Portugal.

Neste estudo são ainda explorados os dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados da região.

Nesta publicação, é efetuada uma comparação dos resultados obtidos para a região do Algarve com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, poderá ser consultado o Estudo da Central de Balanços n.º 46 – *Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019*, de março de 2021.

No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas dos mesmos setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site* do Banco de Portugal, é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores sobre qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

<sup>8</sup> A Análise DuPont é amplamente referida na literatura sobre análise financeira das empresas, podendo ser consultada, por exemplo, em Ross et. al. (2010) e Brandão (2003). No presente estudo, a decomposição da rentabilidade dos capitais próprios efetuada procura explicitar as três componentes principais da decomposição de DuPont: rentabilidade das vendas, eficiência na utilização dos ativos e alavancagem financeira. No entanto, esta decomposição permite a adoção de outras formulações através da expansão da componente associada à rentabilidade das vendas, contemplando rácios que permitem captar, por exemplo, os efeitos associados à rentabilidade operacional, aos gastos de financiamento e ao imposto sobre o rendimento do exercício.

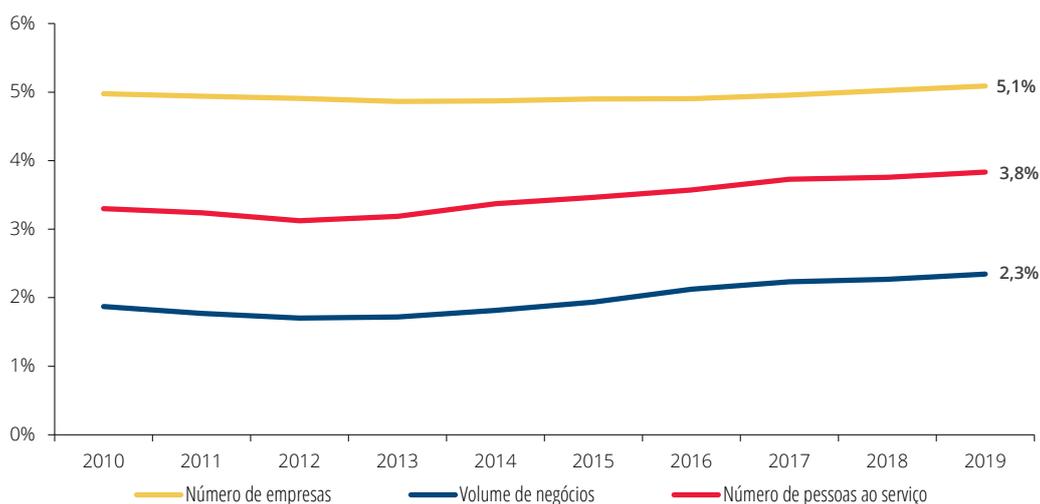
## 2 Estrutura e demografia

Em 2019, as empresas sediadas na região do Algarve representavam 5,1% das sociedades não financeiras em Portugal. Na região, operavam maioritariamente microempresas, ainda que as pequenas e médias empresas agregassem as maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. A sub-região do Algarve Central reunia a maioria das empresas da região e dos respetivos volume de negócios e número de pessoas ao serviço. Os serviços (comércio e outros serviços) representavam parcelas maioritárias do número de empresas, do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço da região do Algarve, situação transversal a todas as sub-regiões. A maioria das empresas da região tinha menos de 10 anos de atividade. A relevância das empresas mais jovens, em termos do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço, superava a observada no total das empresas. No mesmo ano, o número de empresas em atividade na região do Algarve aumentou a um ritmo superior ao verificado no total das empresas.

### 2.1 Estrutura

Em 2019, estavam sediadas na região do Algarve 24 mil empresas, o que correspondia a 5,1% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. Estas empresas agregavam 2,3% do volume de negócios das empresas portuguesas (9 mil milhões de euros) e empregavam 3,8% das pessoas ao serviço (122 mil pessoas) (Gráfico I.2.1).

Gráfico I.2.1 • Peso da região do Algarve no total das empresas



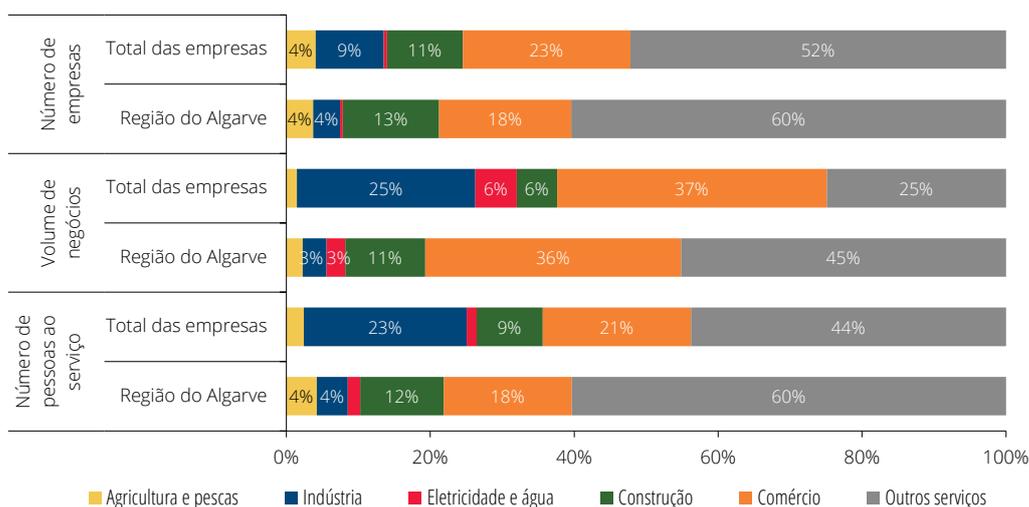
A relevância da região do Algarve no total das empresas aumentou marginalmente entre 2015 e 2019, independentemente do indicador considerado.

## 2.1.1 Por setores de atividade económica

### Estrutura

Em 2019, quatro em cada cinco empresas sediadas na região do Algarve pertenciam aos setores dos serviços: 18% ao setor do comércio e 60% ao conjunto dos outros serviços (Gráfico I.2.2). Os outros serviços eram responsáveis por 45% do volume de negócios da região, seguindo-se o comércio com 36%. O setor dos outros serviços destacava-se ao agregar 60% das pessoas ao serviço das empresas da região do Algarve.

Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2019)<sup>9</sup>



Os outros serviços (nos quais se incluem, entre outras, as atividades ligadas à hotelaria, à restauração e aos transportes) eram mais relevantes na região do Algarve, em comparação com o observado no total das empresas. Em 2019, o peso dos outros serviços na região superava o registado no total das empresas em 8 pp no que respeita ao número de empresas, em 20 pp em termos do volume de negócios, e em 17 pp quanto ao número de pessoas ao serviço. O peso do setor da construção também era mais elevado na região do Algarve do que no total das empresas, destacando-se o diferencial de 5 pp no volume de negócios. Em oposição, o peso da indústria na região do Algarve era inferior ao verificado no total das empresas (6 pp, 21 pp e 18 pp, respetivamente, considerando o número de empresas, o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço).

### Peso relativo

Além da repartição das empresas da região do Algarve por setores de atividade económica, analisa-se igualmente o peso relativo que estas assumiam no total das empresas de cada setor de atividade.

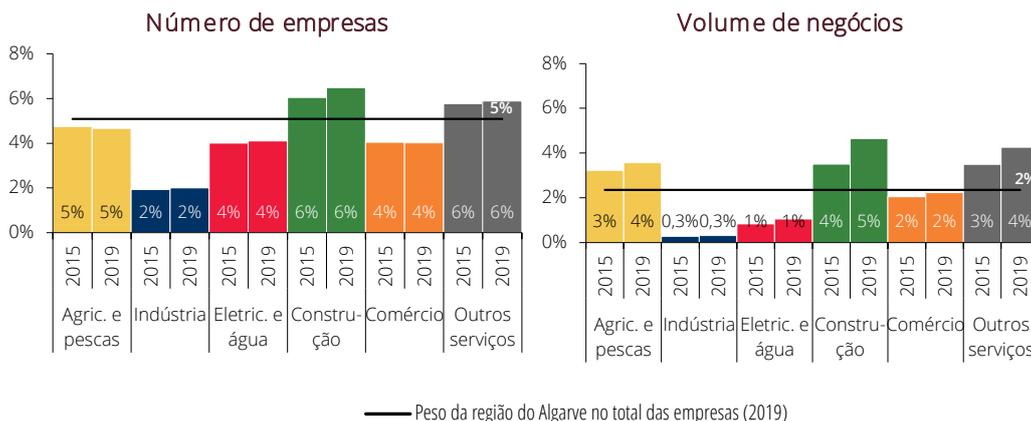
Em 2019, a região do Algarve concentrava, respetivamente, 6,5% e 5,9% do total das empresas nacionais dos setores da construção e dos outros serviços (Gráfico I.2.3). Estes eram os únicos

<sup>9</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

setores para os quais a região apresentava uma importância superior ao peso médio da região no total das empresas.

Considerando o volume de negócios gerado, a região do Algarve destacava-se na construção, ao reunir 4,6% do volume de negócios gerado pelas empresas do setor. Seguiam-se os outros serviços e a agricultura e pescas: a região representava 4,3% e 3,6% do volume de negócios total das empresas ligadas a estas atividades, respetivamente. Nos restantes setores de atividade, a expressividade das empresas sediadas na região do Algarve era inferior ao peso médio assumido pela região no total das empresas atendendo ao volume de negócios gerado.

**Gráfico I.2.3 • Peso da região do Algarve no total das empresas | Por setores de atividade económica**



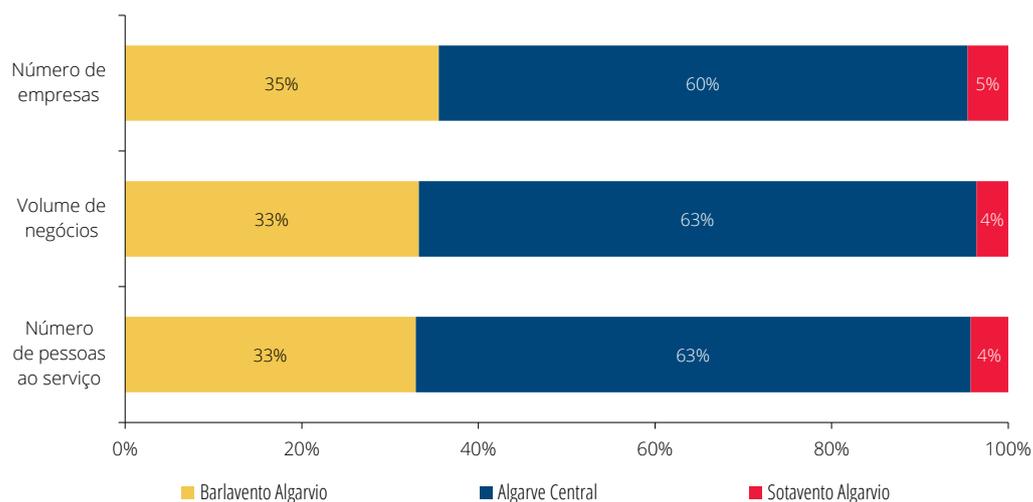
A importância da região do Algarve nos vários setores de atividade, tendo em conta o número de empresas, praticamente não se alterou entre 2015 e 2019. Em termos do volume de negócios, esta região reforçou, no mesmo período, o peso nos setores onde já apresentava uma importância superior ao seu peso médio no total das empresas, com destaque para o aumento do peso no setor da construção (1,1 pp).

### 2.1.2 Por localização geográfica

#### Estrutura

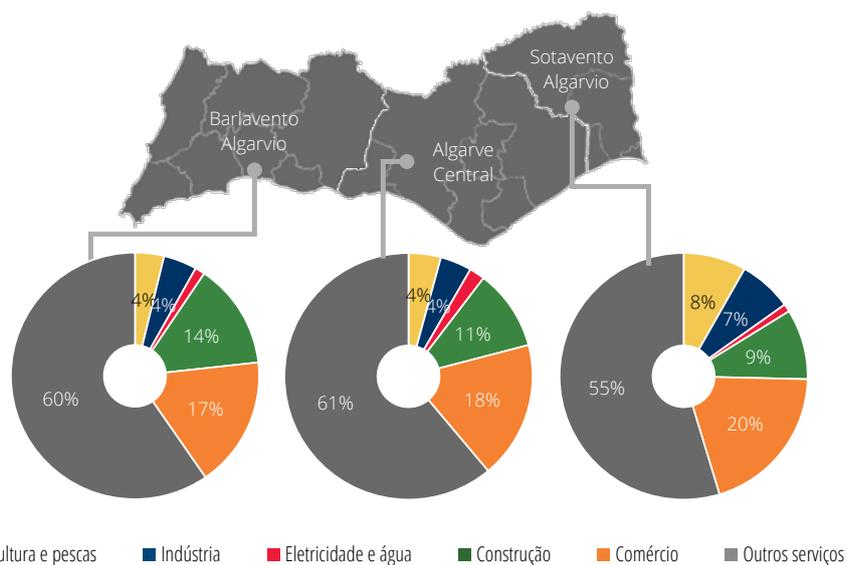
60% das empresas da região do Algarve estavam sediadas no Algarve Central. Em 2019, esta sub-região era responsável por 63% do volume de negócios e das pessoas ao serviço das empresas da região (Gráfico I.2.4). Seguiu-se o Barlavento Algarvio, com 35% das empresas sediadas na região do Algarve e um terço do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. Já a sub-região do Sotavento Algarvio assumia um peso igual ou inferior a 5% nos vários indicadores considerados. A distribuição das empresas da região do Algarve por sub-regiões praticamente não se alterou entre 2015 e 2019.

**Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por localização geográfica (sub-regiões, 2019)**



Os outros serviços eram o setor mais relevante em todas as sub-regiões, independentemente do indicador considerado. Em 2019, este setor representava cerca de 60% das empresas e das pessoas ao serviço do Barlavento Algarvio e do Algarve Central. No Sotavento Algarvio, este setor concentrava 50% das empresas e 55% das pessoas ao serviço (Gráfico I.2.5).

**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (sub-regiões) (número de pessoas ao serviço, 2019)**

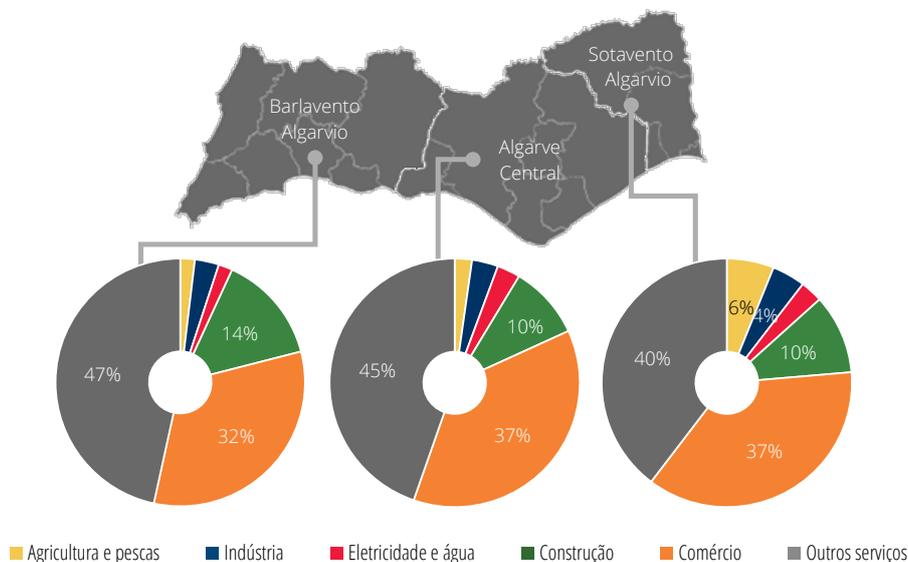


Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do número de pessoas ao serviço.

No que respeita ao volume de negócios, os outros serviços representavam 47% do volume de negócios gerado no Barlavento Algarvio, 45% no Algarve Central e 40% no Sotavento Algarvio (Gráfico I.2.6). O setor do comércio era igualmente relevante em todas as sub-regiões, ao representar 37% do volume de negócios gerado no Algarve Central e no Sotavento Algarvio e 32%

no Barlavento Algarvio. Nesta última sub-região, é de destacar ainda o setor da construção, responsável por 14% do respetivo volume de negócios.

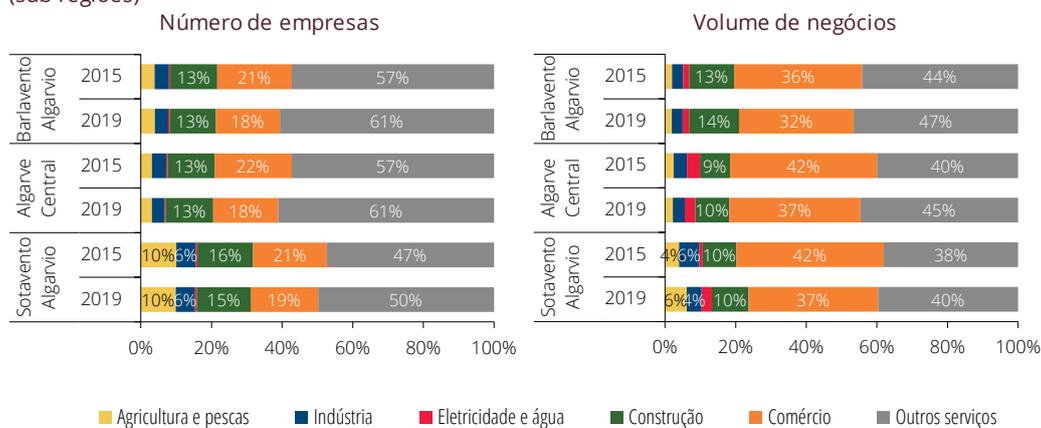
**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (sub-regiões) (volume de negócios, 2019)**



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do volume de negócios.

Entre 2015 e 2019, verificou-se um aumento generalizado do peso dos outros serviços na estrutura setorial de cada uma das sub-regiões, particularmente quando considerados o número de empresas e o volume de negócios (Gráfico I.2.7), em detrimento, sobretudo, do peso do setor do comércio.

**Gráfico I.2.7 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (sub-regiões)**



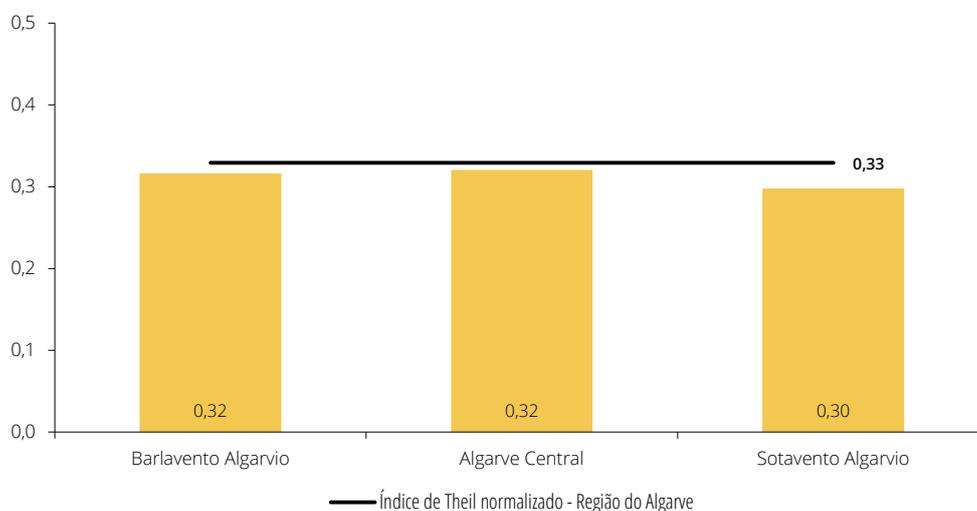
## Especialização setorial

Nesta secção analisa-se o grau de especialização da região do Algarve por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Os valores associados a este índice podem, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios (ou do número de pessoas ao serviço, nos casos em que a análise tem por base esta variável) associada a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

Em 2019, o índice de especialização setorial da região do Algarve como um todo foi de 0,33, um valor similar ao dos das sub-regiões que a integram (Gráfico I.2.8).

No Barlavento Algarvio destacavam-se o comércio por grosso (exceto de veículos automóveis e motocicletas) e a retalho, ao reunir, em conjunto, 31% do volume de negócios da sub-região; seguia-se o alojamento, atividade responsável por 13% do volume de negócios. Situação análoga verificava-se no Algarve Central, com as referidas atividades a agregarem parcelas semelhantes do volume de negócios desta sub-região. No Sotavento Algarvio, sub-região com o nível mais baixo de especialização setorial na região do Algarve, as mesmas atividades foram responsáveis, respetivamente, por 32% e 13% do volume de negócios.

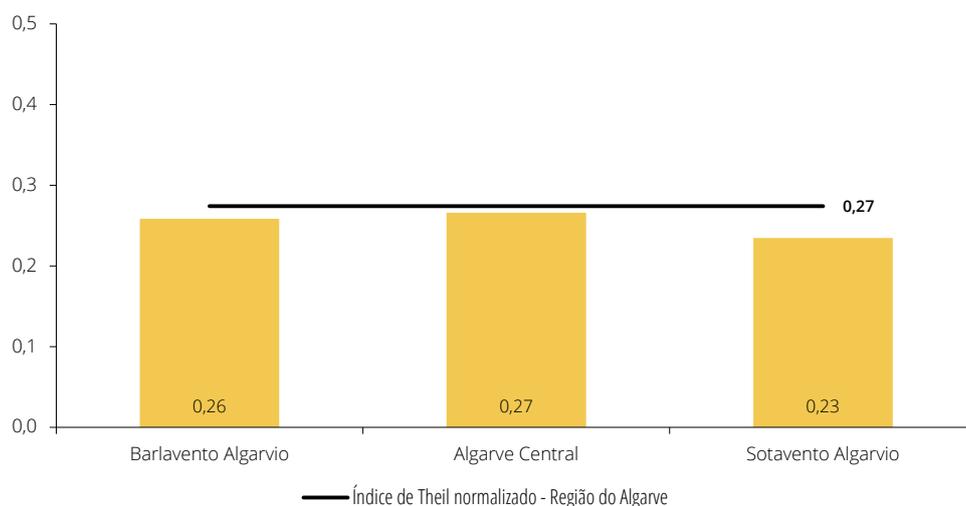
**Gráfico I.2.8 • Grau de especialização setorial por localização geográfica (sub-regiões) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2019)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Quando considerado o número de pessoas ao serviço, os valores do índice de especialização setorial sugeriam uma maior diversificação setorial nas várias sub-regiões em comparação com o medido em termos do volume de negócios. O Algarve Central continuava a apresentar o nível de especialização setorial mais elevado, em linha com o registado na região do Algarve como um todo (Gráfico I.2.9).

**Gráfico I.2.9 • Grau de especialização setorial, por localização geográfica (sub-regiões) | Índice de Theil normalizado (número de pessoas ao serviço, 2019)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

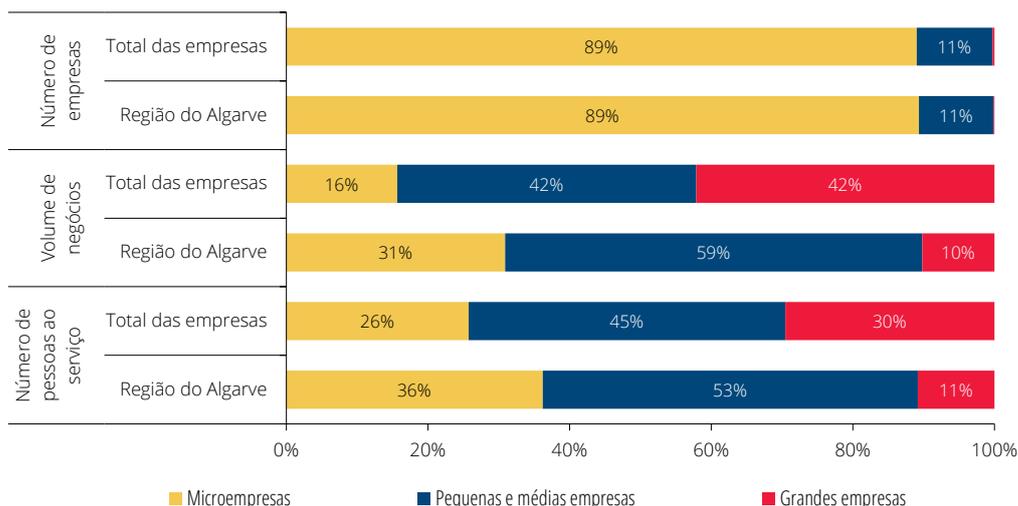
As atividades do alojamento e da restauração e similares eram as mais relevantes, representando 27% das pessoas ao serviço do Barlavento Algarvio e do Algarve Central e 28% das pessoas ao serviço no Sotavento Algarvio.

### 2.1.3 Por classes de dimensão<sup>10</sup>

Em 2019, 89% das empresas sediadas na região do Algarve eram microempresas. Este conjunto de empresas era responsável por 31% do volume de negócios e 36% do número de pessoas ao serviço (Gráfico I.2.10). As pequenas e médias empresas representavam 11% das empresas da região e eram responsáveis por 59% do volume de negócios e 53% do número de pessoas ao serviço. A expressividade das microempresas e das pequenas e médias empresas, em termos de volume de negócios e número de pessoas ao serviço, era maior na região do Algarve do que no total das empresas. Em oposição, as parcelas de volume de negócios e de pessoas ao serviço da região associadas às grandes empresas eram inferiores. As grandes empresas representavam 10% do volume de negócios e 11% das pessoas ao serviço das empresas da região (42% e 30%, respetivamente, quando considerada a totalidade do território nacional).

<sup>10</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em Anexo.

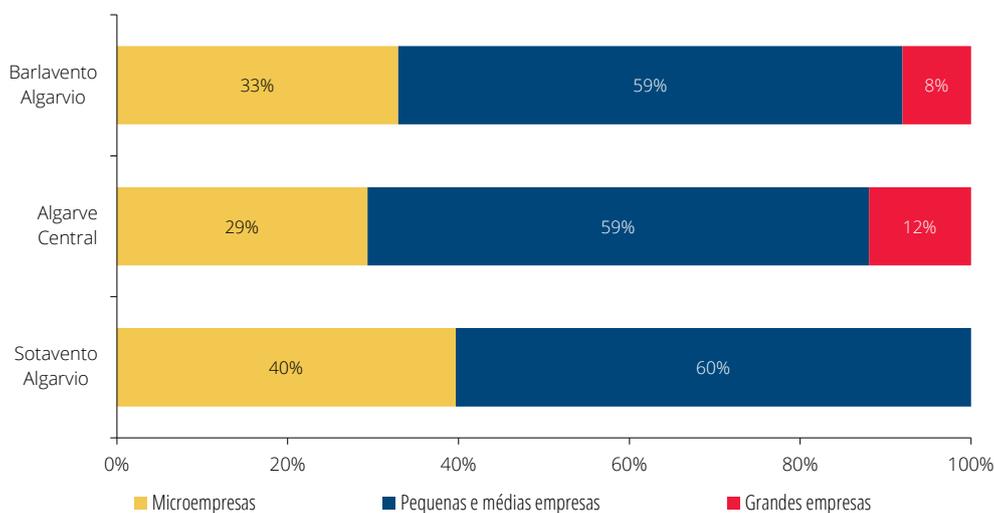
**Gráfico I.2.10 • Estruturas | Por classes de dimensão (2019)**



Entre 2015 e 2019, a relevância das pequenas e médias empresas aumentou de forma generalizada (1,4 pp em número de empresas, 1,2 pp em volume de negócios e 3,7 pp em número de pessoas ao serviço) em detrimento, essencialmente, das microempresas. Tendo em conta a repartição do volume de negócios da região, é de destacar o aumento do peso associado às grandes empresas (2 pp), não obstante as variações marginais registadas pelos pesos desta classe de dimensão na repartição das empresas e das pessoas ao serviço da região.

Em 2019, as microempresas eram a classe de dimensão mais relevante em todas as sub-regiões da região do Algarve, representando cerca de 90% das empresas em atividade em cada sub-região. À semelhança do verificado na região do Algarve como um todo, as pequenas e médias empresas eram responsáveis pela maior parcela do volume de negócios (pesos na ordem dos 60%) em todas as sub-regiões (Gráfico I.2.11). O Sotavento Algarvio não tinha grandes empresas sediadas no seu território e era a sub-região na qual o peso das microempresas era mais elevado (40% do volume de negócios).

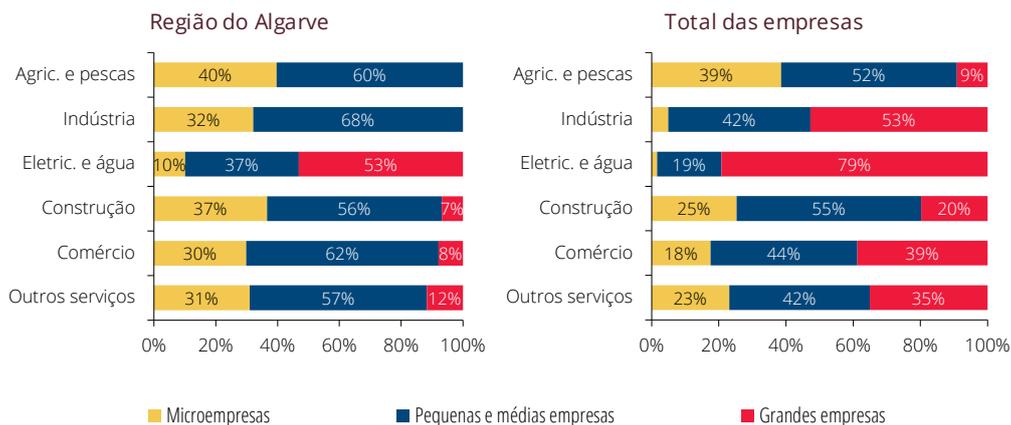
**Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de dimensão e por localização geográfica (sub-regiões) (volume de negócios, 2019)**



Entre 2015 e 2019 verificou-se uma diminuição generalizada do peso das microempresas nas estruturas das várias sub-regiões, independentemente do indicador considerado. Esta diminuição foi mais acentuada quando considerado o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço. Em qualquer dos casos, a diminuição do peso das microempresas foi maior no Barlavento Algarvio (4,2 pp, atendendo ao volume de negócios e 5,3 pp tendo em conta as pessoas ao serviço). Em oposição, a relevância das pequenas e médias empresas aumentou em todas as sub-regiões independentemente do indicador considerado. A maior variação ocorreu, no que diz respeito ao volume de negócios, no Sotavento Algarvio, que registou um aumento do peso das pequenas e médias empresas em 1,8 pp. Nas demais sub-regiões, destaca-se o aumento do peso das grandes empresas no volume de negócios gerado por cada sub-região (2,8 pp no Barlavento Algarvio e 2,3 pp no Algarve Central).

Na região do Algarve, as microempresas eram a classe de dimensão com maior peso em todos os setores de atividade. A relevância do peso destas empresas oscilava entre os 80%, na eletricidade e água, e os 90%, no comércio e nos outros serviços. As maiores parcelas do volume de negócios gerado em cada um dos setores estavam, em geral, associadas às pequenas e médias empresas. É de destacar o peso desta classe de dimensão, na região do Algarve, nos setores da indústria, comércio e agricultura e pescas: 68%, 62% e 60% dos respetivos volumes de negócios (Gráfico I.2.12). Constituíam exceção a eletricidade e água, com 53% do volume de negócios associado a grandes empresas. No que respeita ao volume de negócios, as pequenas e médias empresas apresentavam maior destaque na região, em comparação com o observado no total das empresas nacionais, independentemente do setor de atividade.

**Gráfico I.2.12 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica (volume de negócios, 2019)**

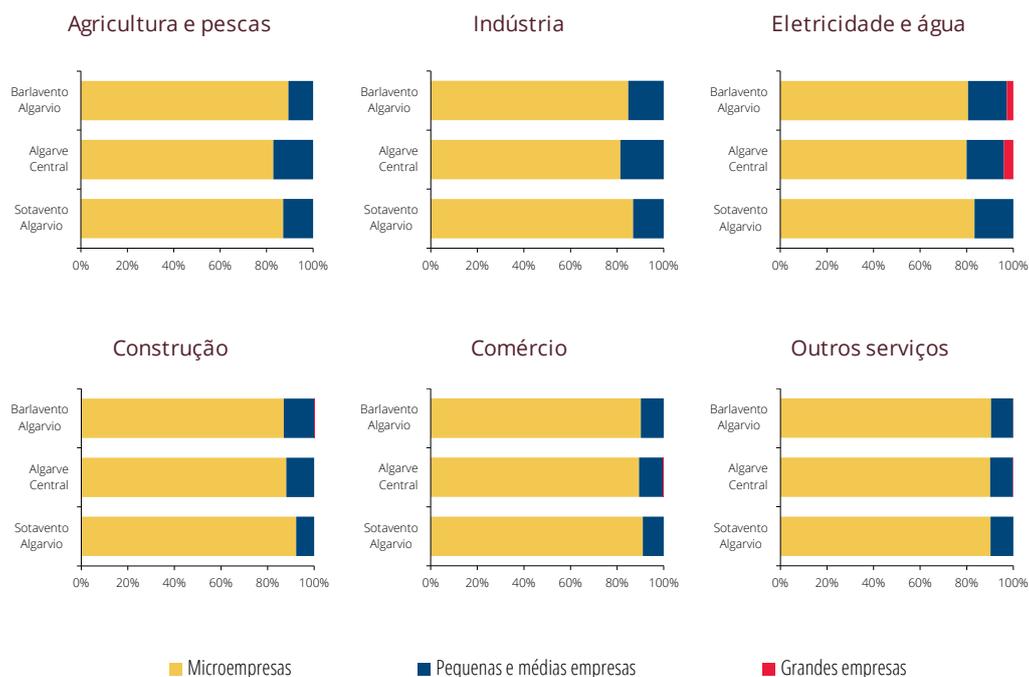


Entre 2015 e 2019, tendo em conta a estrutura empresarial, a relevância das microempresas diminuiu em todos os setores de atividade económica, com exceção da eletricidade e água. A redução foi particularmente notória nos setores da construção (3,4 pp), da agricultura e pescas (2,6 pp) e da indústria (2,5 pp). No sentido oposto, a importância das pequenas e médias empresas aumentou na generalidade dos setores, exceto na eletricidade e água.

No que respeita às estruturas, tendo em conta o volume de negócios, entre 2015 e 2019, as parcelas associadas às microempresas diminuíram nos setores da construção (5,2 pp), do comércio (4,7 pp) e dos outros serviços (3,6 pp). Estas diminuições foram compensadas pelo aumento da relevância das grandes empresas na construção e nos outros serviços, e das pequenas e médias empresas no comércio. Destaque-se ainda a diminuição do peso das pequenas e médias empresas nos setores da eletricidade e água (9,0 pp, variação compensada maioritariamente pelo aumento da relevância das grandes empresas) e da agricultura e pescas (2,7 pp, variação compensada pelo aumento do peso das microempresas).

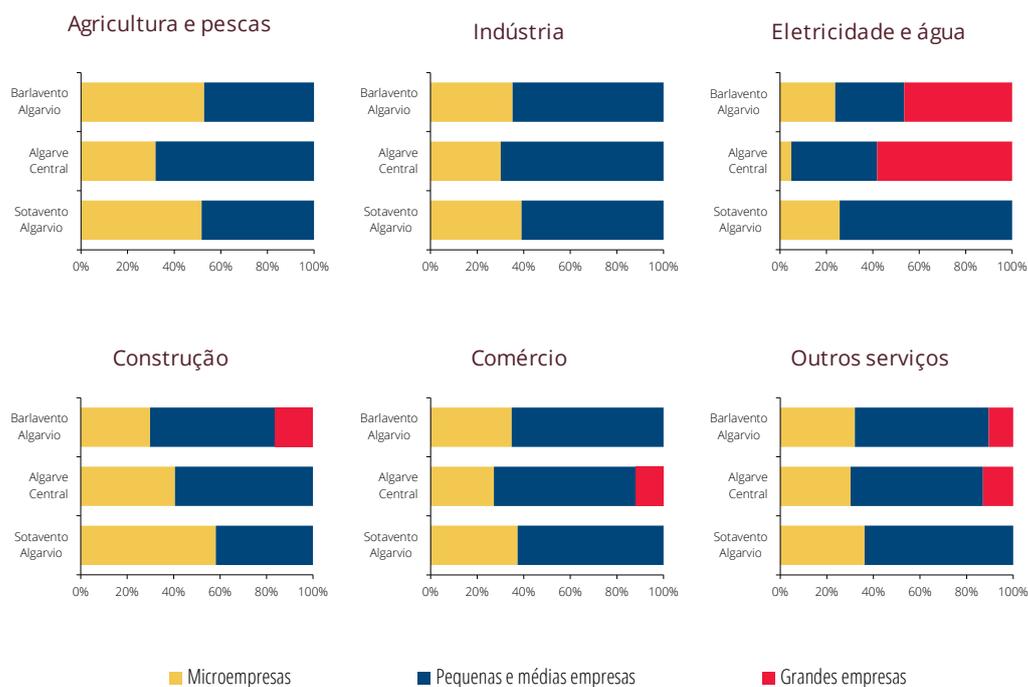
Em 2019, a repartição por classes de dimensão das empresas de cada setor de atividade em cada uma das sub-regiões era similar (Gráfico I.2.13). Ainda assim, a eletricidade e água destacava-se pela maior relevância relativa das grandes empresas, no que respeita às estruturas associadas a este setor, no Barlavento Algarvio e no Algarve Central.

**Gráfico I.2.13 • Estruturas** | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (número de empresas, 2019)



Já as estruturas empresariais tendo em conta a repartição do volume de negócios apresentavam algumas diferenças entre as várias sub-regiões. No setor da eletricidade e água, as grandes empresas eram a classe de dimensão mais relevante no Barlavento Algarvio e no Algarve Central (Gráfico I.2.14). Na construção, a maior parcela do volume de negócios estava associada às pequenas e médias empresas no Algarve Central e no Barlavento Algarvio, e às microempresas no Sotavento Algarvio. No Barlavento Algarvio, as grandes empresas eram responsáveis por 16% do volume de negócios da construção. Na agricultura e pescas, as microempresas assumiam maior relevância no Barlavento Algarvio e no Sotavento Algarvio, enquanto as pequenas e médias empresas eram a classe de dimensão mais significativa no Algarve Central. No comércio e nos outros serviços, as maiores parcelas do volume de negócios estavam associadas às pequenas e médias empresas, independentemente da sub-região considerada.

**Gráfico I.2.14 • Estruturas | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (volume de negócios, 2019)**



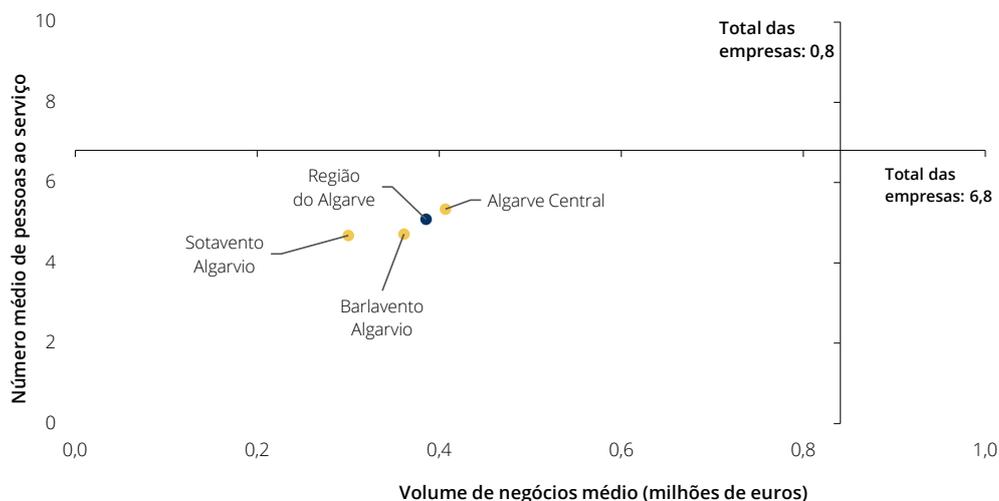
### 2.1.4 Empresa média<sup>11</sup>

A empresa média da região do Algarve gerou, em 2019, um volume de negócios de 386 mil euros, um montante equivalente a 46% do volume de negócios registado pela empresa média nacional (836 mil euros) (Gráfico I.2.15). A empresa média da região apresentava igualmente um número médio de pessoas ao serviço inferior ao da empresa média nacional: 5,1 pessoas ao serviço, em comparação com 6,8 pessoas ao serviço no caso da empresa média nacional.

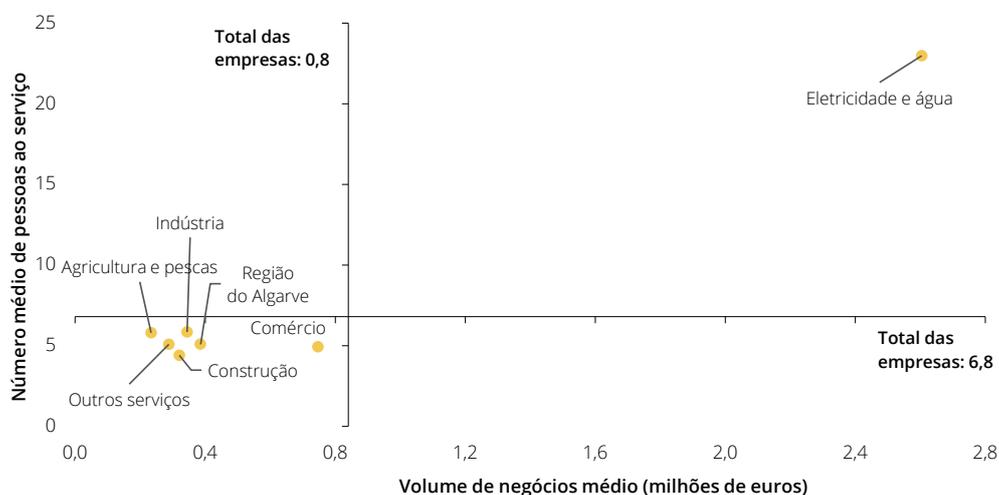
<sup>11</sup> A empresa média da região do Algarve corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias de cada uma das sub-regiões, do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas da região do Algarve associadas a cada atividade).

**Gráfico I.2.15 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região do Algarve (2019)**

**Por localização geográfica (sub-regiões)**



**Por setores de atividade económica**



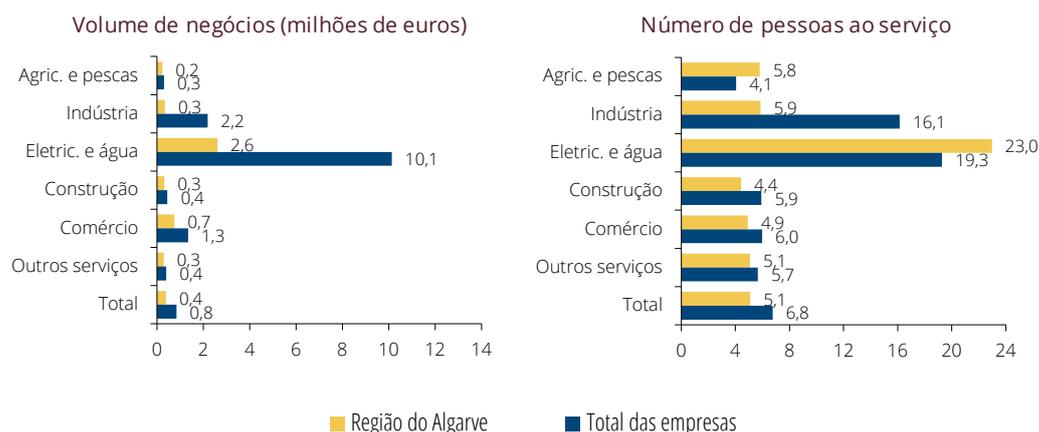
Em 2019, o Algarve Central apresentava o volume de negócios médio (407 mil euros) e número médio de pessoas ao serviço (5,3 pessoas) mais elevados da região do Algarve. Estes valores correspondiam a 49% e 79% dos valores observados pela empresa média nacional. Seguiam-se o Barlavento Algarvio e o Sotavento Algarvio, com volumes de negócios médios de 361 mil euros e 300 mil euros, respetivamente, correspondentes a 43% e 36% do valor associado à empresa média nacional. Os números médios de pessoas ao serviço das empresas destas sub-regiões (4,7 pessoas ao serviço, em ambos os casos) representavam, grosso modo, 70% do número médio de pessoas ao serviço da empresa média nacional.

Na região do Algarve, a eletricidade e água foi o único setor que apresentou um volume de negócios médio e um número médio de pessoas ao serviço superiores aos registados pela

empresa média nacional. Contudo, as empresas deste setor sediadas na região registaram apenas 26% do volume de negócios da empresa média deste setor a nível nacional.

Em todos os setores, a empresa média da região do Algarve apresentava um volume de negócios inferior ao da empresa média nacional do correspondente setor de atividade (Gráfico I.2.16). Da mesma forma, em termos de número de pessoas ao serviço, a empresa média algarvia apresentava um número de pessoas ao serviço inferior ao da empresa média nacional do mesmo setor de atividade, com exceção das empresas da agricultura e pescas e da eletricidade e água. É de destacar o setor da agricultura e pescas, que apresentava, na região, um número médio de pessoas ao serviço superior em 43% ao da empresa média nacional do mesmo setor de atividade.

**Gráfico I.2.16 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região do Algarve, por setores de atividade económica (2019)**

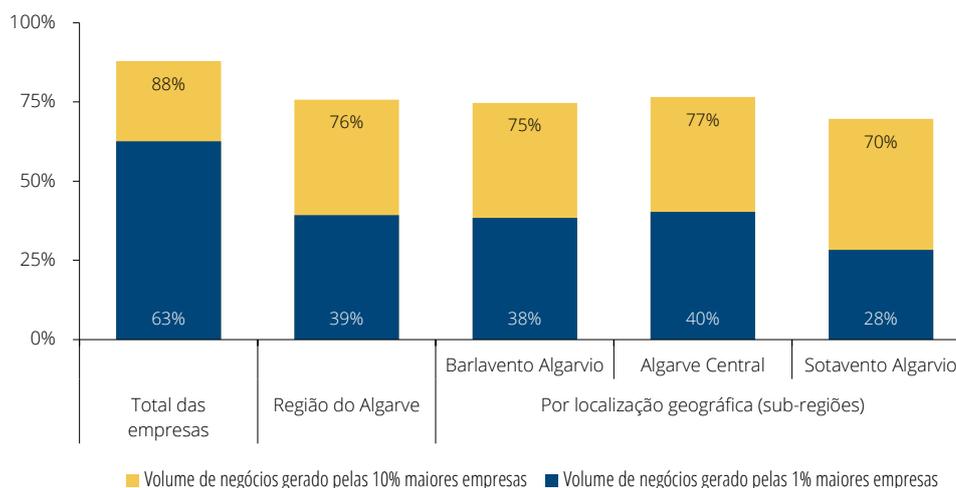


Em 2019, as empresas da região do Algarve geraram 76 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, um valor inferior aos 124 mil euros registados quando considerado o total das empresas nacionais. O Barlavento Algarvio e o Algarve Central apresentaram rácios semelhantes ao observado pela região como um todo, ao passo que o volume de negócios por pessoa ao serviço era mais reduzido no Sotavento Algarvio (64 mil euros).

### 2.1.5 Concentração

Em 2019, a região do Algarve apresentava um nível de concentração empresarial inferior ao verificado no total das empresas. As 1% maiores empresas da região agregaram 39% do volume de negócios (63% no total das empresas), enquanto as 10% maiores empresas foram responsáveis por 76% do volume de negócios gerado pelas empresas com sede na região (88% no total das empresas) (Gráfico I.2.17). O Barlavento Algarvio e o Algarve Central apresentaram níveis de concentração semelhantes ao da região como um todo. Já a concentração do volume de negócios do Sotavento Algarvio era inferior: as 1% maiores empresas foram responsáveis por 28% do respetivo volume de negócios, ao passo que as 10% maiores empresas agregavam 70% do volume de negócios gerado pelas empresas sediadas nesta sub-região.

**Gráfico I.2.17 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas | Em percentagem do volume de negócios total (2019)**



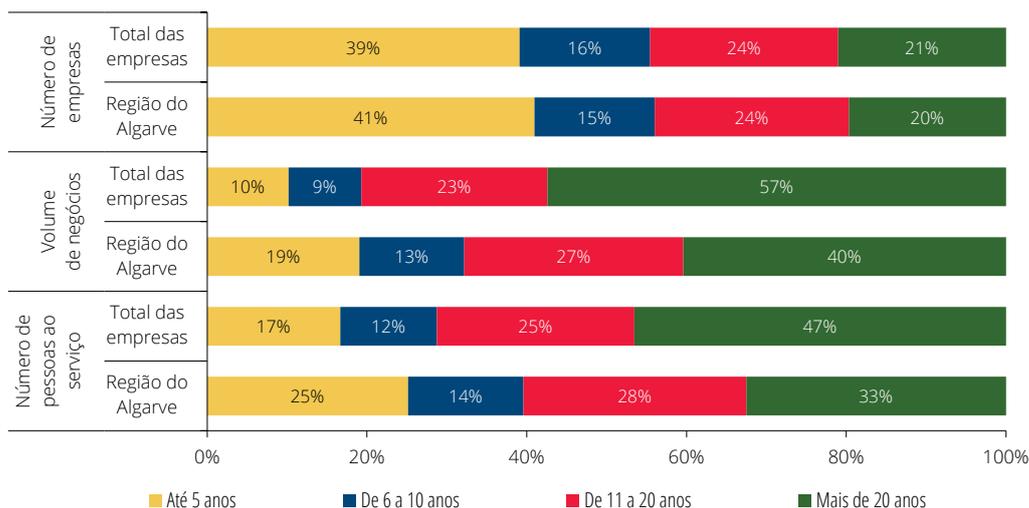
Tendo em conta a distribuição do número de pessoas ao serviço, os níveis de concentração empresarial registados na região do Algarve eram igualmente menores. Em 2019, 29% das pessoas ao serviço das empresas da região estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas). O Algarve Central apresentava níveis de concentração superiores aos da região do Algarve como um todo, com 31% das pessoas ao serviço associadas às 1% maiores empresas desta sub-região. Nas restantes sub-regiões, as maiores empresas agregavam parcelas de pessoas ao serviço inferiores às da região do Algarve como um todo: no Barlavento Algarvio e no Sotavento Algarvio, as 1% maiores empresas eram responsáveis por 25% e 22% das pessoas ao serviço, respetivamente.

### 2.1.6 Por classes de maturidade

A estrutura empresarial da região do Algarve atendendo às classes de maturidade<sup>12</sup> era similar à verificada no total das empresas (Gráfico I.2.18). Em 2019, 56% das empresas em atividade na região do Algarve tinham até 10 anos de atividade, uma percentagem semelhante à observada no total das empresas. No que se refere ao volume de negócios e ao número de pessoas ao serviço, as empresas mais jovens eram mais relevantes na região do Algarve do que no total das empresas. Ainda assim, as maiores parcelas estavam ligadas a empresas em atividade há mais de 20 anos, à semelhança do verificado quando considerada a totalidade do território nacional. Este conjunto de empresas agregava 40% do volume de negócios e 33% das pessoas ao serviço na região, parcelas inferiores às registadas no total das empresas (57% e 47%, respetivamente).

<sup>12</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

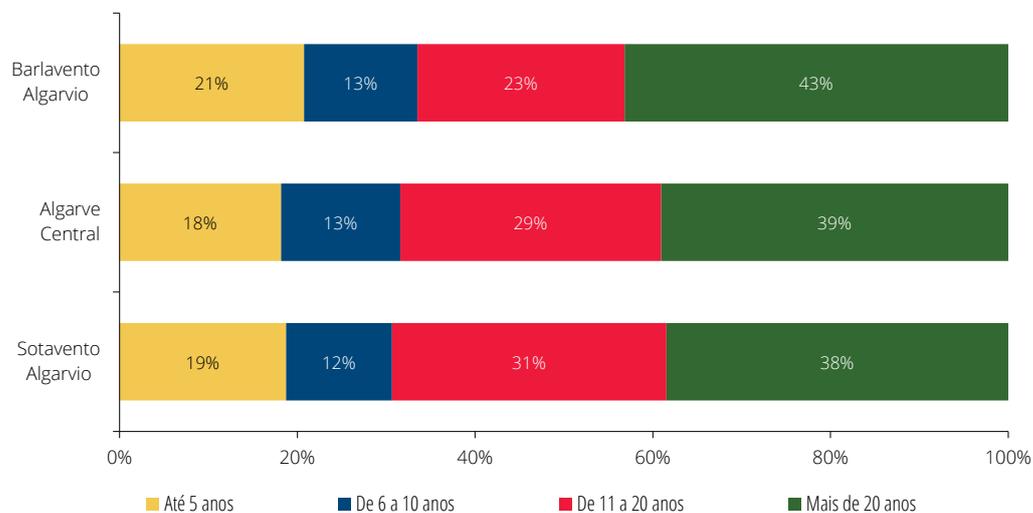
**Gráfico I.2.18 • Estruturas | Por classes de maturidade (2019)**



Entre 2015 e 2019, destaque-se o aumento de 6 pp do peso das empresas com maturidade até 5 anos na região do Algarve, por contrapartida, essencialmente, das empresas com maturidade entre 6 e 10 anos. Quando consideradas as repartições do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço, verificou-se um aumento da relevância das classes extremas (com maturidade até 5 anos e com mais de 20 anos).

As distribuições empresariais, por classes de maturidade, observadas no Barlavento Algarvio e no Algarve Central, aproximavam-se da verificada na região do Algarve como um todo. No Sotavento Algarvio, destaca-se a menor expressividade das empresas com maturidade até 5 anos (diferencial de 6 pp face ao total da região). No que respeita ao volume de negócios, salienta-se a maior relevância das empresas com maturidades superiores a 20 anos no Barlavento Algarvio, classe responsável por 43% do volume de negócios da sub-região, por comparação com os 40% registados na região do Algarve como um todo (Gráfico I.2.19).

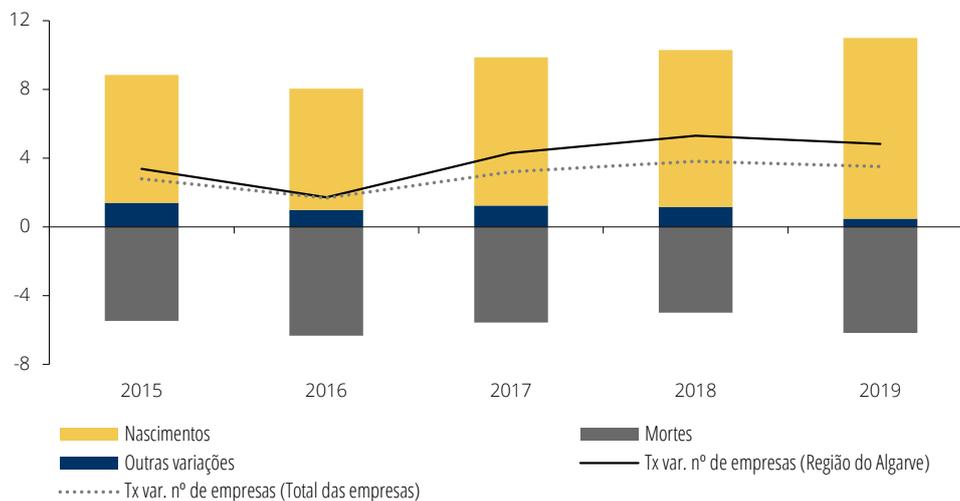
**Gráfico I.2.19 • Estruturas | Por classes de maturidade e por localização geográfica (sub-regiões) (volume de negócios, 2019)**



## 2.2 Demografia

O número de empresas em atividade na região do Algarve aumentou 4,8% entre 2018 e 2019, um crescimento superior ao observado para o total das empresas (3,5%). O número de empresas em atividade na região aumentou consecutivamente entre 2015 e 2019, a um ritmo superior ao verificado pelo total das empresas (Gráfico I.2.20).

**Gráfico I.2.20 • Número de empresas da região do Algarve | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem)<sup>13</sup>**



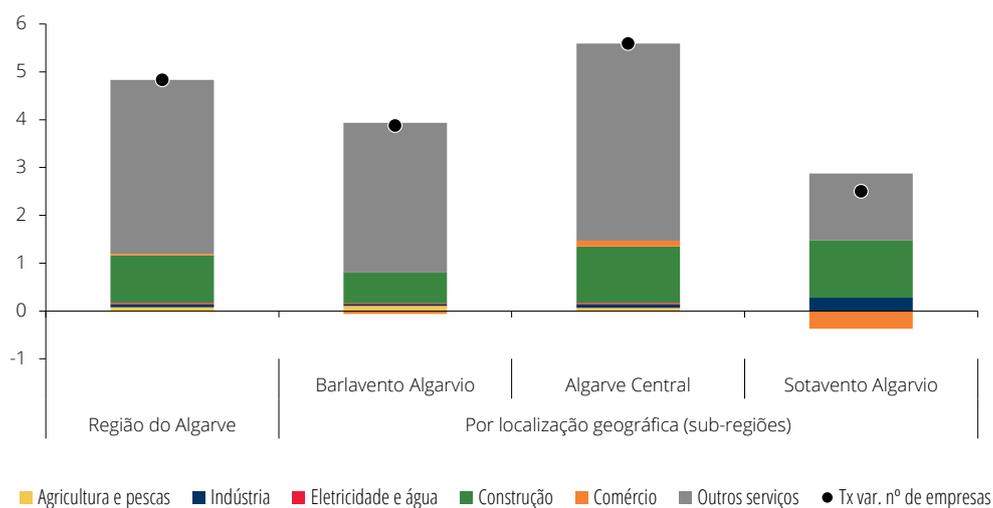
Em 2019, os nascimentos de empresas representaram 11% das empresas em atividade na região do Algarve, enquanto as cessações de empresas corresponderam a 6%. O peso dos nascimentos superou o observado no total das empresas em 1 pp, e o contributo das cessações de atividade foi análogo.

O número de empresas em atividade aumentou em todas as sub-regiões: 5,6% no Algarve Central, 3,9% no Barlavento Algarvio e 2,5% no Sotavento Algarvio.

O crescimento do número de empresas em atividade na região do Algarve teve origem, essencialmente, no setor dos outros serviços, que contribuiu em 3,6 pp para o crescimento de 4,8% observado na região (Gráfico I.2.21). Esta situação foi transversal a todas as sub-regiões, com o setor dos serviços a contribuir em 4,1 pp para o aumento do número de empresas em atividade no Algarve Central, 3,1 pp no Barlavento Algarvio e 1,4 pp no Sotavento Algarvio.

<sup>13</sup> A variação anual do número de empresas em atividade é determinada pela criação de novas empresas (nascimentos), pela cessação de atividade de empresas que integravam o agregado analisado (mortes) e ainda por outras variações, nas quais se incluem entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras e, em particular, da região em análise (por alteração da sede das empresas que passam a integrar/deixam de integrar a região analisada).

**Gráfico I.2.21 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2019)**



Também os demais setores de atividade económica contribuíram positivamente para o aumento do número de empresas em atividade na região do Algarve, com destaque para o contributo positivo do setor da construção, de 1,0 pp, decorrente de um aumento de 7,6% do número de empresas. Este setor foi particularmente relevante para a subida do número de empresas da região no Sotavento Algarvio e no Algarve Central: contributos de 1,2 pp, em ambos os casos, suplantados apenas pelos contributos dos outros serviços. É de destacar, ainda, o contributo positivo da indústria para o aumento do número de empresas em atividade no Sotavento Algarvio e os contributos negativos do comércio no Sotavento Algarvio e, de forma marginal, no Barlavento Algarvio.

## 3 Análise económica e financeira

Em 2019, o volume de negócios e os gastos da atividade operacional das empresas da região do Algarve aumentaram 7,3% e 7,4%, respetivamente, crescimentos superiores aos registados no total das empresas. Apesar do aumento percentual dos gastos da atividade operacional ter sido marginalmente superior à variação do volume de negócios das empresas da região, o EBITDA gerado pelas empresas da região também aumentou a um ritmo superior ao verificado no total das empresas do país. Pela primeira vez, no período 2015-2019, a rendibilidade dos capitais próprios das empresas da região foi superior à registada no total das empresas.

A autonomia financeira média das empresas da região do Algarve era inferior à observada no total das empresas. A dívida remunerada correspondia à maior parcela do passivo das empresas da região e estava predominantemente associada a empréstimos bancários. A redução da dívida remunerada determinou a contração do passivo das empresas da região, tendo os seus gastos de financiamento também diminuído (mais do que o observado no total das empresas). O efeito conjunto da redução dos gastos de financiamento e do aumento do EBITDA determinou a diminuição da pressão financeira sobre as empresas da região.

O financiamento líquido por dívida comercial das empresas da região do Algarve foi positivo, contrariamente à situação verificada no total das empresas, indicando que, em termos líquidos, os créditos comerciais constituíram uma fonte de financiamento das empresas da região.

### 3.1 Atividade e rendibilidade

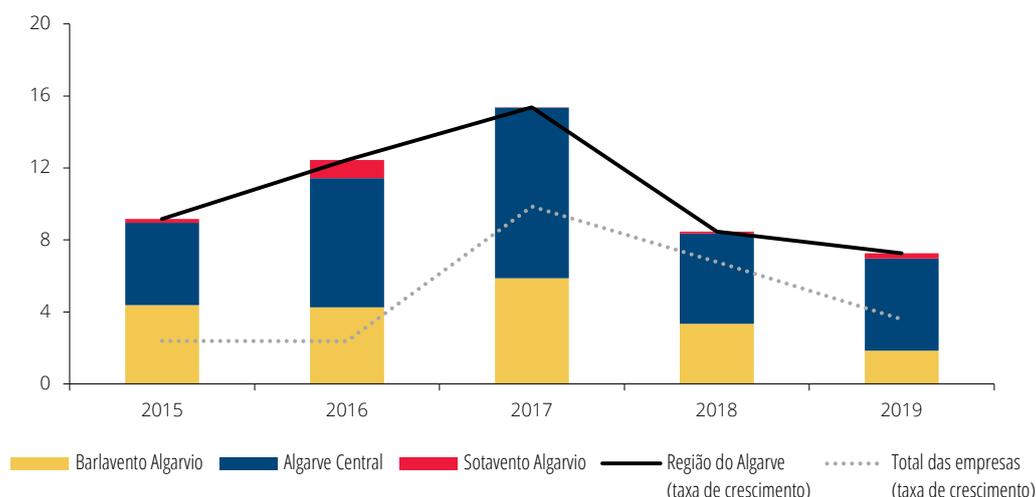
#### 3.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios da região do Algarve aumentou 7,3% em 2019. Este crescimento foi superior ao observado no total das empresas (3,6%), mas inferior ao registado na região no ano anterior, de 8,5% (Gráfico I.3.1).

Em 2019, o volume de negócios de todas as sub-regiões aumentou face a 2018. O Algarve Central e o Sotavento Algarvio apresentaram os aumentos mais expressivos (8,2% e 8,1%, respetivamente), os quais foram superiores aos verificados em 2018: de forma marginal, no Algarve Central, e em 5,5 pp, no Sotavento Algarvio. O crescimento do volume de negócios das empresas do Barlavento Algarvio diminuiu de 10,0%, em 2018, para 5,5%, em 2019, o que determinou a redução da taxa de crescimento para o total da região.

A sub-região do Algarve Central, a mais relevante em termos do volume de negócios, foi a que mais contribuiu para o crescimento do volume de negócios da região do Algarve, no período analisado. Em 2019, o contributo desta sub-região para o aumento do volume de negócios da região foi de 5,1 pp, valor acima dos 1,9 pp da sub-região do Barlavento Algarvio e do contributo marginalmente positivo do Sotavento Algarvio.

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



Em 2019, todos os setores de atividade económica registaram, na região do Algarve, aumentos dos respetivos volumes de negócios, ainda que, na maioria dos casos, inferiores aos observados em 2018. Constituíam exceções a eletricidade e água, setor cujo volume de negócios cresceu 10,7% em 2019 e 4,6% em 2018, e os outros serviços, que apresentaram aumentos de 9,5% em 2019 e 8,5% em 2018. O setor dos outros serviços foi o que mais contribuiu para o aumento do volume de negócios da região do Algarve (4,2 pp), seguindo-se os setores do comércio e da construção (contributos de 1,6 pp e 0,8 pp, respetivamente).

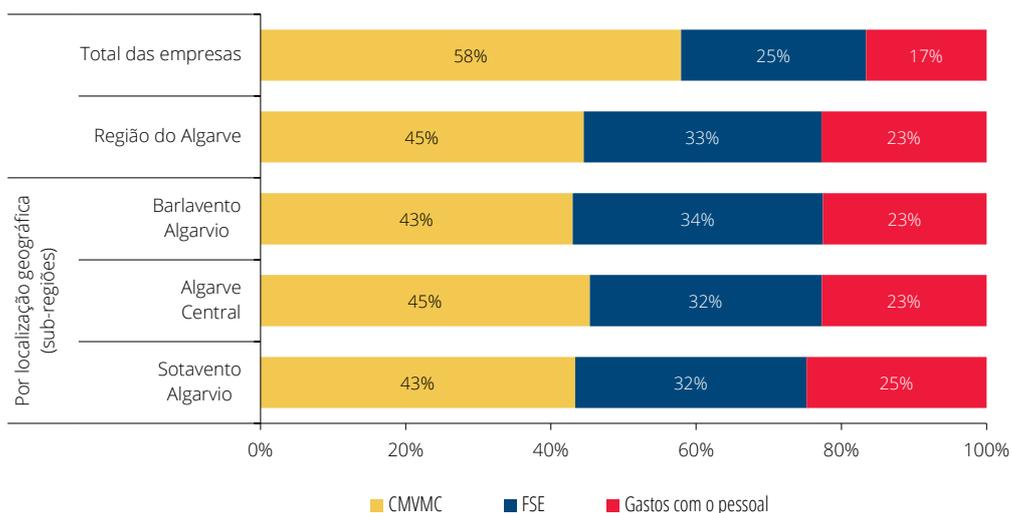
O crescimento do volume de negócios foi igualmente transversal às várias classes de dimensão, tendo sido superior nas empresas de maior dimensão: 4,0% nas microempresas, 5,6% nas pequenas e médias empresas e 31,6% nas grandes empresas. As pequenas e médias empresas, a classe com o maior peso no volume de negócios da região, foram as que mais contribuíram para o aumento do volume de negócios da região (contributo de 3,3 pp), seguidas das grandes empresas (2,6 pp).

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional

Em 2019, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) era a componente mais relevante dos gastos associados à atividade operacional<sup>14</sup> das empresas da região do Algarve (45%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal, que registavam valores de 33% e 23%, respetivamente (Gráfico I.3.2). Os FSE e os gastos com o pessoal apresentavam pesos superiores na região, em comparação com o observado na totalidade das empresas do território nacional (em 7 pp e 6 pp, respetivamente). Entre 2015 e 2019, a estrutura dos gastos da atividade operacional da região do Algarve praticamente não se alterou.

<sup>14</sup> O agregado "gastos da atividade operacional" compreende o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2019)**



Em 2019, as estruturas dos gastos da atividade operacional das sub-regiões que integram a região do Algarve eram similares entre si e em relação à região como um todo.

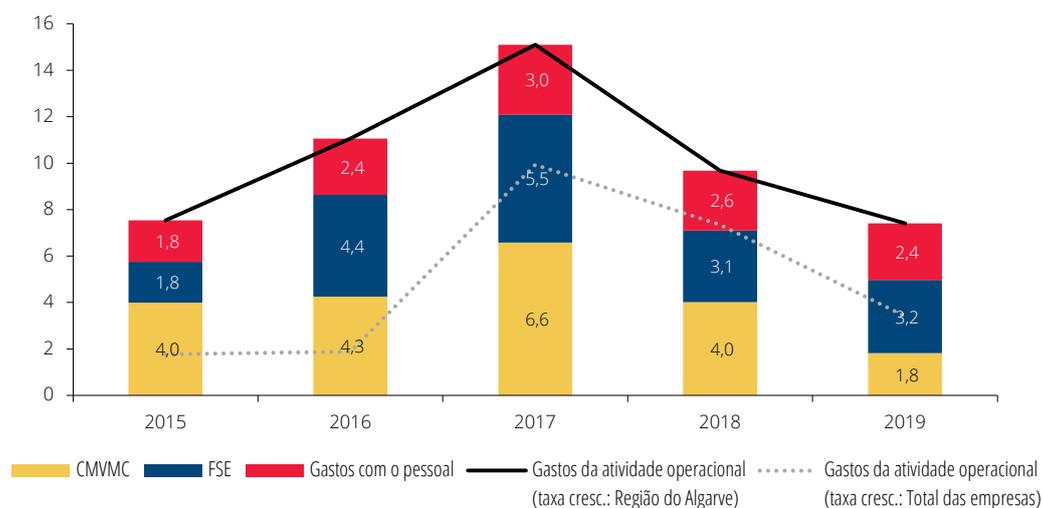
Por setores de atividade económica, e à semelhança do observado na região do Algarve como um todo, o CMVMC era a componente mais importante dos gastos da atividade operacional da indústria (51%) e do comércio (79%). Os FSE eram a rubrica mais relevante dos gastos da atividade operacional dos demais setores, assumindo especial destaque na eletricidade e água (51%) e nos outros serviços (50%). Os gastos com o pessoal assumiam maior preponderância na estrutura dos gastos da atividade operacional das empresas da região ligadas à agricultura e pescas (36%).

Por classes de dimensão, o CMVMC era a componente mais relevante nas estruturas associadas aos gastos da atividade operacional das microempresas e das pequenas e médias empresas da região (45% e 46% dos respetivos gastos da atividade operacional). Nas grandes empresas, 38% dos gastos da atividade operacional estavam ligados a FSE e 27% a gastos com o pessoal (21% e 14%, respetivamente, quando consideradas todas as grandes empresas em Portugal). Estas percentagens eram 5 pp e 4 pp superiores às observadas na estrutura dos gastos da atividade operacional da globalidade das empresas da região do Algarve.

Em 2019, os gastos da atividade operacional da região aumentaram 7,4%, um crescimento superior ao verificado no total das empresas (3,4%), mas inferior, em 2,3 pp, ao registado na região no ano anterior. O crescimento dos gastos da atividade operacional das empresas da região do Algarve foi, em 2019, marginalmente superior ao aumento do volume de negócios observado no mesmo ano.

Os FSE foram a componente que mais contribuiu para o aumento dos gastos da atividade operacional da região do Algarve: 3,2 pp, após um aumento de 9,9% (Gráfico I.3.3). Não obstante, as restantes rubricas também registaram variações positivas: contributo de 2,4 pp dos gastos com o pessoal (associado a um aumento de 11,1%) e de 1,8 pp do CMVMC (aumento de 4,0%).

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



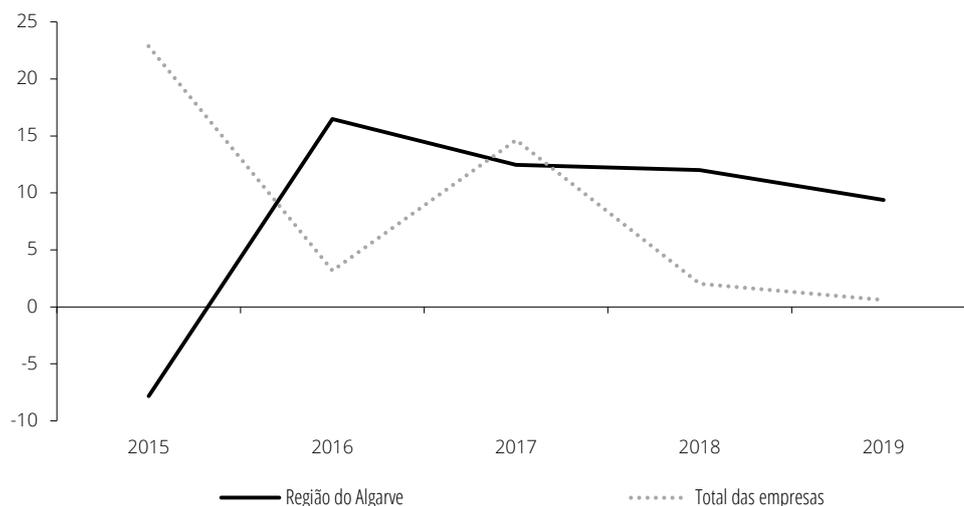
Os gastos da atividade operacional aumentaram em todas as sub-regiões que integram a região do Algarve, em resultado do crescimento de todas as componentes dos respetivos gastos: aumentos de 9,3% no Sotavento Algarvio, 8,0% no Algarve Central e 6,1% no Barlavento Algarvio.

### 3.1.3 EBITDA<sup>15</sup>

Em 2019, o EBITDA gerado pelas empresas da região do Algarve aumentou 9,4%, uma variação superior em 8,8 pp ao valor registado no total das empresas, ainda que 2,6 pp inferior ao observado na região no ano anterior (Gráfico I.3.4). O crescimento do EBITDA na região do Algarve deu-se, apesar do aumento percentual dos gastos da atividade operacional ter sido marginalmente superior à variação do volume de negócios das empresas da região (situação mais do que compensada pelo efeito conjunto do crescimento dos outros rendimentos e da diminuição dos outros gastos, rubricas associadas, por exemplo, a subsídios à exploração, a ajustamentos de valor dos inventários da produção, a perdas por imparidade ou à reversão destas e a aumentos ou reduções de provisões). O EBITDA da região aumentou pelo quarto ano consecutivo, o que consubstancia um aumento de 60% entre 2015 e 2019 (21% no total das empresas).

<sup>15</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



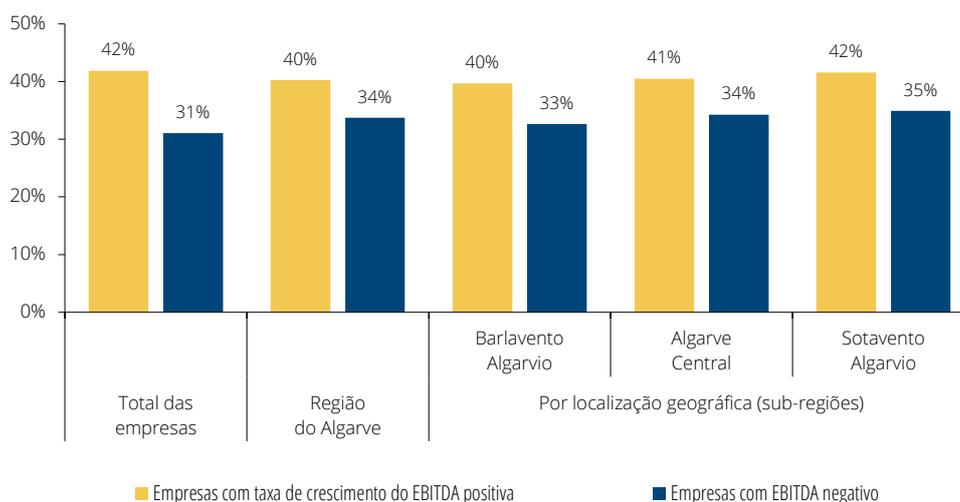
O crescimento do EBITDA da região do Algarve em 2019 resultou, essencialmente, dos contributos do Algarve Central (8,0 pp, associado a um aumento de 13,4%) e do Barlavento Algarvio (1,4 pp, associado a um crescimento de 4,0%). Já o contributo do Sotavento Algarvio foi marginalmente negativo, na sequência de uma diminuição do respetivo EBITDA de 1,0%, face a 2018.

Entre 2015 e 2019, o EBITDA gerado pelas empresas com sede no Algarve Central aumentou de forma contínua, o que determinou um crescimento acumulado de 44% no referido período. O aumento do EBITDA ao longo deste período foi ainda mais significativo no Barlavento Algarvio (103%) e no Sotavento Algarvio (48%, em termos acumulados, não obstante o decréscimo registado em 2019).

Em 2019, todos os setores de atividade económica contribuíram para o aumento do EBITDA da região do Algarve. O setor dos outros serviços foi o que mais contribuiu para o crescimento deste indicador na região (7,1 pp, associado a um aumento do EBITDA de 11,8%), seguindo-se a construção (1,3 pp, associado a um aumento de 11,8%). Os demais setores registaram menores variações dos respetivos EBITDAs e apresentaram contributos menores para a variação agregada do EBITDA da região como um todo.

Independentemente do aumento do EBITDA em termos agregados, em 2019, apenas 40% das empresas da região do Algarve registaram taxas de crescimento anuais do EBITDA positivas (42%, no total das empresas), tendo esta percentagem aumentado 1 pp em relação ao ano anterior (Gráfico I.3.5). No mesmo ano, 34% das empresas da região apresentaram EBITDA negativo (mais 1 pp do que em 2018), uma parcela superior à verificada no total das empresas (31%). Esta situação verificou-se, de forma transversal, no período 2015-2019. A proporção de empresas que apresentavam EBITDA negativo na região do Algarve, ainda assim, diminuiu 2 pp entre 2015 e 2019, redução análoga à registada no total das empresas.

**Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2019)**



Em 2019, o Sotavento Algarvio apresentava a maior parcela de empresas com crescimento do EBITDA (42%), seguido do Algarve Central (41%) e do Barlavento Algarvio (40%). Contudo, o Sotavento Algarvio era igualmente a sub-região que registava a maior percentagem de empresas com EBITDA negativo (35%). No Algarve Central e no Barlavento Algarvio, 34% e 33% das respetivas empresas apresentaram o mesmo cenário.

Por setores de atividade económica, a eletricidade e água apresentou, na região do Algarve, a maior parcela de empresas com crescimento do EBITDA (58%). Em oposição, na agricultura e pescas apenas 39% das empresas sediadas na região registaram uma taxa de crescimento do EBITDA positiva face a 2018. A agricultura e pescas era igualmente o setor com a maior proporção de empresas com EBITDA negativo (36%), seguindo-se os outros serviços (35%). Em oposição, o setor da eletricidade e água apresentava a menor percentagem de empresas nestas circunstâncias (24%).

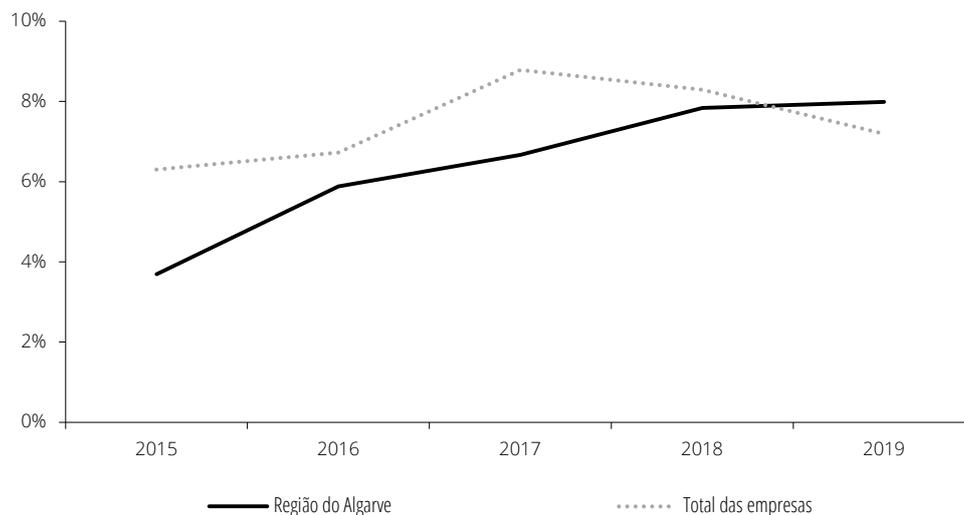
Por classes de dimensão, 52% das pequenas e médias empresas da região apresentaram crescimento do EBITDA em 2019. Esta parcela era superior à registada pelas microempresas da região (39%), mas semelhante à observada nas grandes empresas (50%). Já a proporção de empresas com EBITDA negativo era decrescente com a dimensão das empresas: 36% nas microempresas, 12% nas pequenas e médias empresas, e sem registo de casos no conjunto das grandes empresas da região.

### 3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios<sup>16</sup> da região do Algarve foi de 8,0% em 2019, percentagem 0,2 pp superior à observada em 2018 (Gráfico I.3.6). A rendibilidade da região ficou 0,8 pp acima da verificada no total das empresas, situação registada pela primeira vez no período 2015-2019.

<sup>16</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

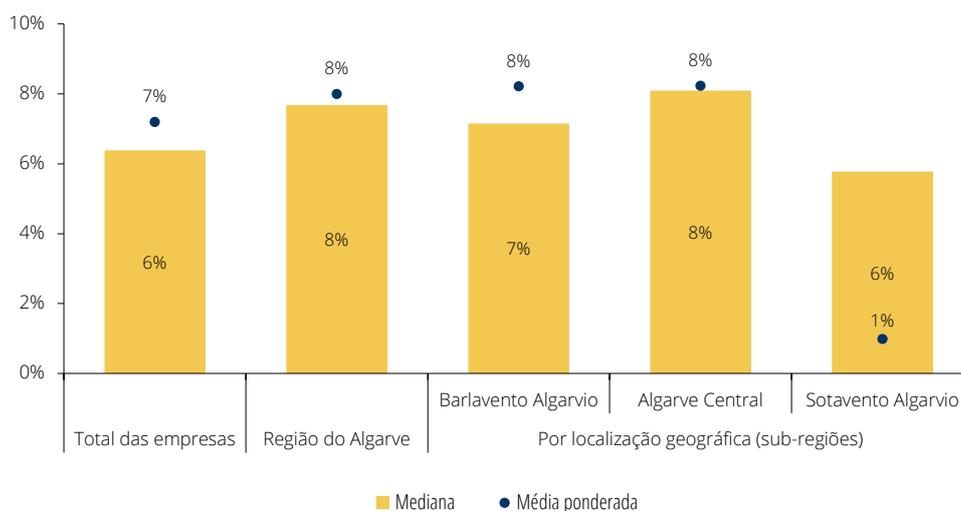
Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios



O Barlavento Algarvio e o Algarve Central apresentaram níveis de rendibilidade similares ao da região do Algarve como um todo. Já a sub-região do Sotavento Algarvio registou, em consonância com o observado no período 2015-2019, uma rendibilidade dos capitais próprios mais baixa (1,0%), situação associada aos níveis de rendibilidade de um conjunto reduzido de empresas com sede nesta sub-região. Foi, igualmente, a sub-região cuja rendibilidade mais diminuiu face a 2018: 2,5 pp, que compara com um decréscimo de 0,3 pp no Barlavento Algarvio e um aumento de 0,5 pp no Algarve Central.

Em 2019, metade das empresas sediadas na região do Algarve apresentou níveis de rendibilidade dos capitais próprios iguais ou inferiores a 7,7%, percentagem acima dos 6,4% verificados no total das empresas (Gráfico I.3.7). O Barlavento Algarvio e o Algarve Central observaram medianas semelhantes à da região como um todo (7,2% e 8,1%, respetivamente). No Sotavento Algarvio, metade das empresas registou níveis de rendibilidade dos capitais próprios iguais ou inferiores a 5,8%, isto é, acima do valor médio da rendibilidade desta sub-região.

**Gráfico I.3.7 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2019)**

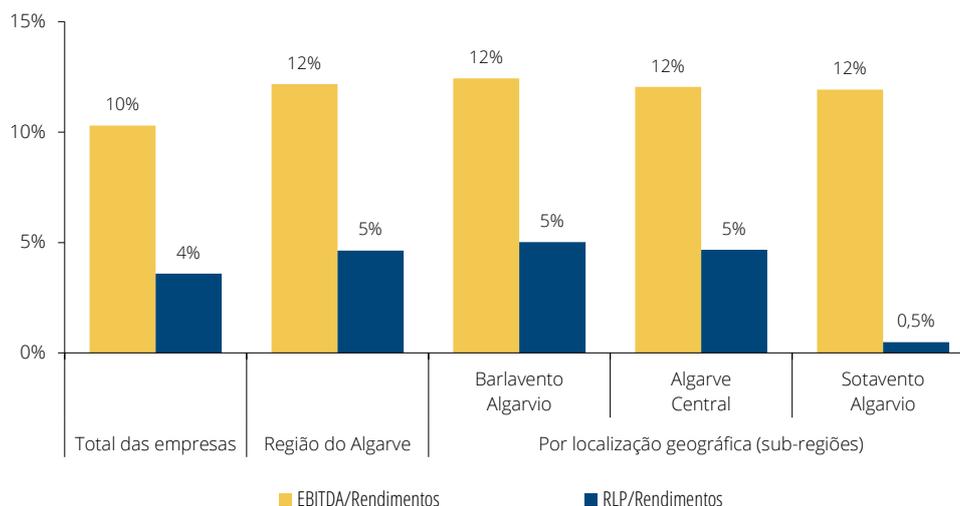


A rendibilidade dos capitais próprios foi, em 2019, positiva em todos os setores de atividade económica, na região do Algarve. O comércio apresentou a rendibilidade mais elevada (11%) e a agricultura e pescas a mais reduzida (1,7%). A rendibilidade dos capitais próprios das empresas da região foi crescente com a dimensão das empresas: 5,2% nas microempresas, 9,4% nas pequenas e médias empresas e 11% nas grandes empresas.

Em 2019, a margem operacional da região do Algarve (EBITDA/rendimentos<sup>17</sup>) foi de 12%, um valor 2 pp superior ao observado no total das empresas. Já a margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) da região ascendeu a 5%, percentagem 1 pp superior à registada no total das empresas (Gráfico I.3.8).

<sup>17</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos”, que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma entre o volume de negócios, as variações nos inventários de produção, os trabalhos para a própria entidade, os subsídios à exploração, os outros rendimentos e ganhos e os juros e outros rendimentos similares.

**Gráfico I.3.8 • Resultados | Peso face aos rendimentos(2019)**



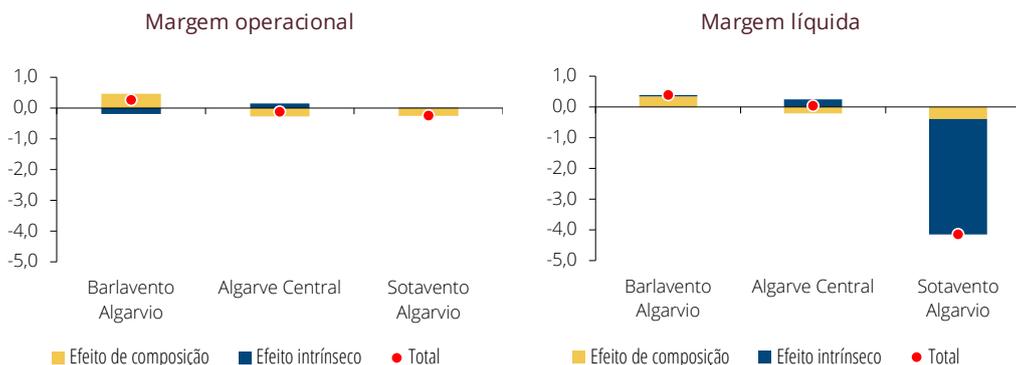
O Sotavento Algarvio apresentou a maior diferença entre as margens operacional e líquida (11 pp, que compara com 7 pp nas demais sub-regiões). A margem operacional do Sotavento Algarvio foi de 12%, em linha com os valores observados no Barlavento Algarvio e no Algarve Central, e a margem líquida foi de 0,5%, comparativamente com 5% no Barlavento Algarvio e no Algarve Central.

Em 2019, os gastos de amortização e de depreciação foram responsáveis pela maior parte do diferencial entre a margem operacional e a margem líquida, na região do Algarve e nas sub-regiões que a compõem. Esta rubrica contribuiu em 5 pp para o diferencial verificado na região. Já os contributos dos gastos de financiamento e dos impostos sobre o rendimento das empresas foram de 1 pp e 2 pp, respetivamente.

O diferencial entre as margens registadas em cada um dos agregados territoriais analisados pode depender, além das características intrínsecas das empresas de cada sub-região, da composição do seu tecido empresarial. Sub-regiões com uma maior proporção de empresas em atividades mais rentáveis apresentarão margens globalmente superiores, mesmo que intrinsecamente as margens das empresas nos mesmos setores sejam semelhantes, entre territórios. Em 2019, para a maior margem operacional da região do Algarve como um todo, comparativamente com o registado no total das empresas, contribuíram quase igualmente as características intrínsecas das empresas da região e a respetiva composição setorial. Ambos os efeitos definiram, também, a maior margem líquida da região.

As diferenças observadas entre as margens operacionais das sub-regiões que compõem a região do Algarve e a da região como um todo derivaram essencialmente das respetivas composições setoriais: no tecido empresarial do Barlavento Algarvio, apresentaram maior relevância atividades económicas tendencialmente mais rentáveis do que o verificado na região do Algarve como um todo; nas restantes sub-regiões, a situação foi a inversa (Gráfico I.3.9). Este cenário foi idêntico, se considerada a diferença entre a margem líquida das empresas do Barlavento Algarvio e a da região como um todo. Contudo, a respeito deste indicador, destacou-se o diferencial entre o Sotavento Algarvio e a região como um todo, decorrente principalmente das características intrínsecas das empresas, menos rentáveis, na sub-região, quando comparadas com empresas dos mesmos setores a operar em toda a região.

**Gráfico I.3.9 • Margem operacional e margem líquida | Decomposição do diferencial face ao total da região do Algarve (2019, em pp)**



Por setores de atividade económica, na região do Algarve, a eletricidade e água apresentou a maior margem operacional (29%). A margem líquida mais elevada esteve associada a este setor, conjuntamente com a construção e os outros serviços (6%). Em oposição, o comércio apresentou a margem operacional mais baixa (5%) e a agricultura e pescas a margem líquida mais reduzida (1%). Na região, as margens operacional e líquida cresceram com a classe de dimensão das empresas: as microempresas apresentaram margens de 11% e 4%, respetivamente, enquanto as grandes empresas registaram, para os mesmos rácios, percentagens de 14% e 5%.

Na Caixa 1, “Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios” é apresentada uma análise da rentabilidade dos capitais próprios que decompõe este indicador em função da rentabilidade das vendas, da rotação do ativo e da alavancagem financeira. Na região do Algarve, observou-se, no período analisado, um crescimento da rentabilidade das vendas e da rotação do ativo, em contraste com uma diminuição da alavancagem financeira. Não obstante, a região do Algarve continuou a apresentar níveis mais elevados de alavancagem financeira e mais reduzidos de rotação do ativo, face ao observado na totalidade do território nacional.

## Caixa 1 • Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios

De acordo com a Análise DuPont para a decomposição da rentabilidade dos capitais próprios, este indicador decompõe-se em três fatores, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{rentabilidade dos capitais próprios} = \frac{\text{RLP}}{\text{CP}} = \frac{\text{RLP}}{\text{VN}} \times \frac{\text{VN}}{\text{ativo}} \times \frac{\text{ativo}}{\text{CP}}$$

O primeiro fator desta decomposição DuPont é a **rentabilidade das vendas**:

$$\frac{\text{resultado líquido do período (RLP)}}{\text{volume de negócios (VN)}} = \text{rentabilidade das vendas}$$

O valor deste rácio, medido em percentagem, indica a parcela do volume de negócios convertida em resultado líquido do período; é, desta forma, um indicador da capacidade das empresas obterem margens de lucro com a sua atividade.

Um aumento deste rácio, com tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios.

O segundo fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **rotação do ativo**:

$$\frac{\text{volume de negócios (VN)}}{\text{ativo}} = \text{rotação do ativo}$$

Este rácio indica o volume de negócios gerado por cada euro de ativo investido, traduzindo o nível de eficiência das empresas na utilização dos seus recursos.

Quanto maior a rotação do ativo, com tudo o resto constante, maior a capacidade das empresas para remunerar os seus capitais próprios.

O terceiro fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **alavancagem financeira**:

$$\frac{\text{ativo}}{\text{capitais próprios (CP)}} = \text{alavancagem financeira}$$

O valor deste rácio reflete a dimensão do ativo em relação aos capitais próprios. Este rácio será tanto mais elevado quanto menor o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento, indicando uma maior alavancagem.

Um aumento da alavancagem financeira, com tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios, já que traduz uma redução da proporção dos capitais próprios a remunerar.

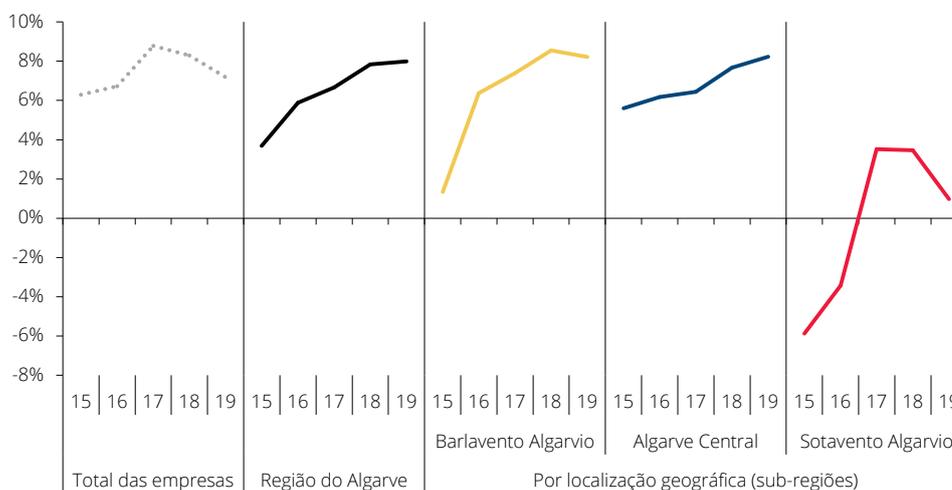
Esta análise considera o impacto de cada um dos três fatores sobre a rentabilidade dos capitais próprios de forma autónoma (mantendo os restantes constantes), pelo que não são analisadas as relações de dependência entre eles. Em particular, uma variação da alavancagem financeira terá impacto na rentabilidade das vendas, na medida em que, em geral, os instrumentos de capital alheio têm um custo associado. Esse custo implica uma redução da rentabilidade das vendas e é tendencialmente crescente com o nível de endividamento e de risco. Por uma questão de simplificação, estas interdependências não são consideradas nesta análise.

A rentabilidade dos capitais próprios das empresas da região do Algarve foi de 8,0% em 2019, valor 0,8 pp superior ao registado quando considerado o total das empresas e 0,2 pp acima do valor observado na região em 2018.

No período 2015-2019, a rentabilidade dos capitais próprios da região do Algarve aumentou 4,3 pp (0,9 pp no total das empresas). É de salientar que este crescimento ocorreu,

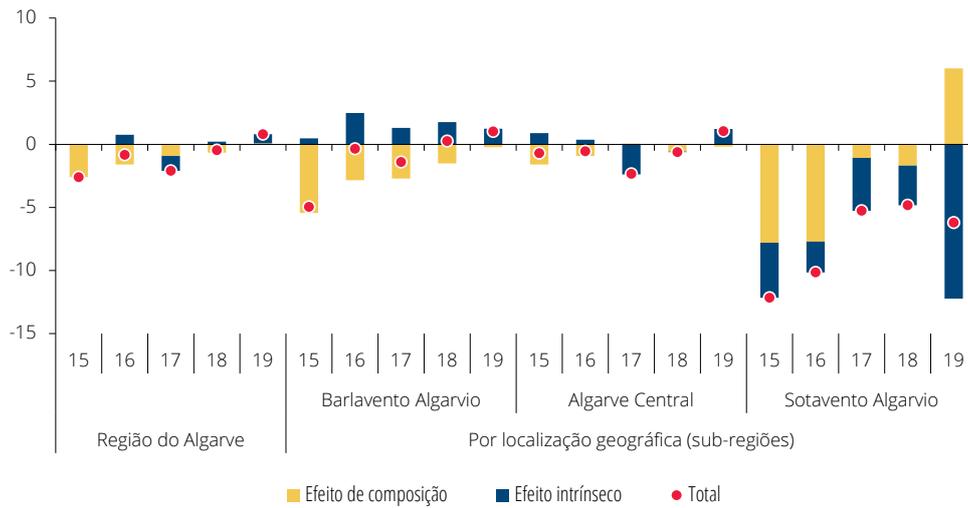
essencialmente, no período entre 2015 e 2018, comparando com um incremento de 2,0 pp no total das empresas, no mesmo período. O crescimento da rentabilidade da região deveu-se, sobretudo, ao aumento da rentabilidade dos capitais próprios das sub-regiões do Barlavento Algarvio e do Algarve Central, ainda que também o Sotavento Algarvio tenha registado um aumento da respetiva rentabilidade dos capitais próprios (Gráfico C1.1). Apesar do crescimento, a rentabilidade dos capitais próprios na região do Algarve apresentou níveis inferiores aos observados para o total das empresas entre 2015 e 2018.

**Gráfico C1.1 • Rentabilidade dos capitais próprios**



Os diferenciais entre as rentabilidades dos capitais próprios registadas na região do Algarve (e nas respetivas sub-regiões), no período 2015-2019, e a observada na totalidade do território nacional resultaram das características intrínsecas das empresas das regiões e da composição setorial (Gráfico C1.2). Em 2015 e 2016, em particular, a composição setorial dos agregados territoriais contribuiu de forma mais determinante para o nível de rentabilidade verificado na região e nas várias sub-regiões. É de destacar que, na maioria dos casos, o efeito de composição determinou níveis de rentabilidade inferiores, indicando a relevância, na região do Algarve e nas suas sub-regiões, de setores de atividade com níveis de rentabilidade genericamente mais baixos. Nos anos mais recentes, o efeito intrínseco superiorizou-se, em regra, ao efeito de composição, o que indicia que o diferencial entre os níveis de rentabilidade não se deveu à diferente composição setorial das regiões analisadas.

**Gráfico C1.2 • Rendibilidade dos capitais próprios | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**

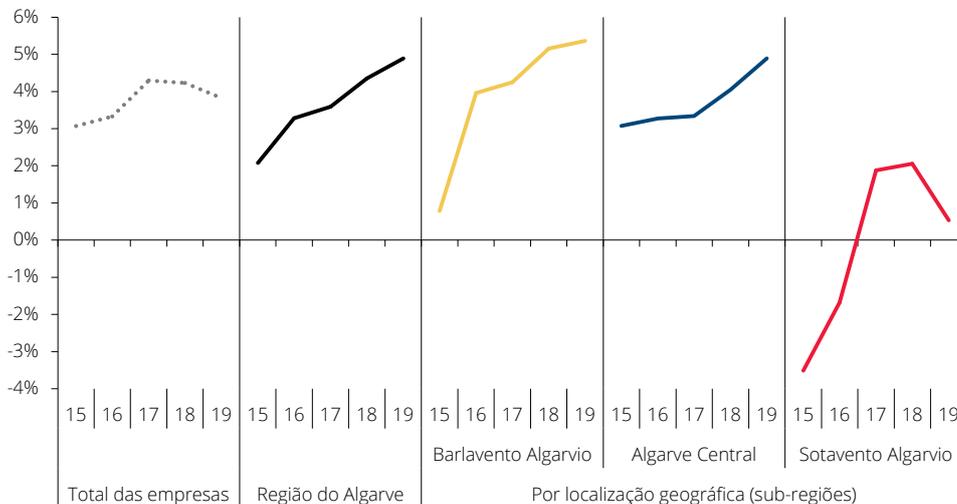


### Rendibilidade das vendas

A rentabilidade das vendas é um indicador da margem obtida pelas empresas, que quantifica a capacidade de as empresas transformarem os seus rendimentos, na sua maioria provenientes do volume de negócios, em resultados líquidos, depois de deduzidos os gastos relacionados com a sua atividade.

No período analisado, a rentabilidade das vendas das empresas da região foi genericamente similar ou inferior à observada na totalidade do território nacional. Esta situação inverteu-se em 2018 e 2019, devido ao crescimento contínuo apresentado por este indicador na região do Algarve: 2,8 pp entre 2015 e 2019, que compara com um aumento de 0,8 pp no total das empresas. Assim, em 2019, a rentabilidade das vendas das empresas da região do Algarve foi de 4,9%, um valor 1,1 pp superior ao registado no total das empresas (Gráfico C1.3).

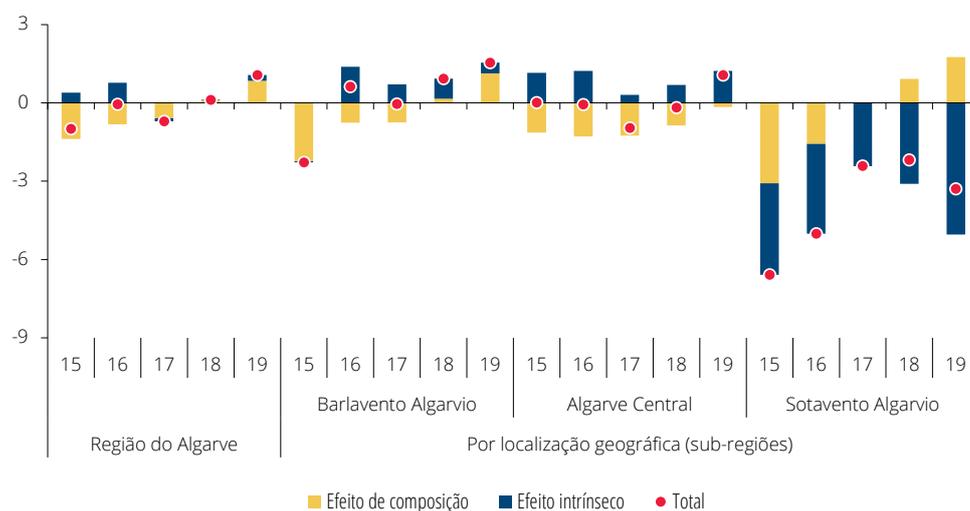
**Gráfico C1.3 • Rendibilidade das vendas**



À semelhança do verificado na rentabilidade dos capitais próprios, a rentabilidade das vendas da região do Algarve era justificada pelos níveis associados ao Barlavento Algarvio, superiores, em geral, aos da região do Algarve como um todo, e ao Algarve Central, genericamente em linha com os apresentados pela região. Já no Sotavento Algarvio, a rentabilidade das vendas, ainda que positiva desde 2017, situou-se sempre abaixo dos valores registados pelas demais sub-regiões e pela região do Algarve como um todo.

As rentabilidades das vendas da região do Algarve e das sub-regiões do Barlavento Algarvio e do Algarve Central foram, no período 2015-2019, influenciadas positivamente, em regra, pelas características intrínsecas das respetivas empresas, efeito que foi compensado em vários períodos pela composição setorial (Gráfico C1.4). Ainda que as empresas destes territórios tenham registado rentabilidades das vendas superiores às observadas nas empresas dos mesmos setores, na totalidade do território nacional, a composição setorial da região e das sub-regiões do Barlavento Algarvio e do Algarve Central, nas quais os setores com rentabilidades das vendas mais reduzidas assumiam maior preponderância, determinava níveis de rentabilidade das vendas mais baixos. O efeito da composição setorial foi igualmente negativo no que respeita ao diferencial da rentabilidade das vendas do Sotavento Algarvio em 2015 e 2016. Desde então, este efeito passou a influenciar positivamente o indicador agregado associado a esta sub-região. No entanto, o efeito intrínseco determinou, em maior medida, o diferencial associado a esta sub-região em qualquer dos anos analisados, contribuindo para que o Sotavento Algarvio registasse níveis de rentabilidade das vendas inferiores aos verificados no total das empresas, na região do Algarve como um todo e nas demais sub-regiões que a integram.

**Gráfico C1.4 • Rentabilidade das vendas | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**

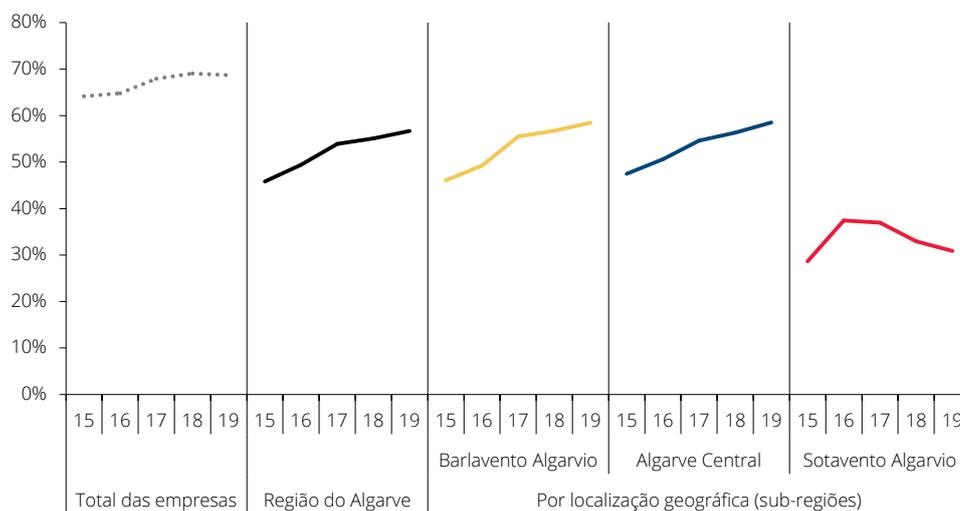


### Rotação do ativo

A rotação do ativo é um dos fatores explicativos da rentabilidade das empresas, por relacionar os montantes investidos nos ativos com os rendimentos por estes gerados. Ao quantificar a percentagem dos ativos coberta pelo volume de negócios anual, toma-se como referência o valor 100, percentagem acima da qual o volume de negócios gerado anualmente pelas empresas permite cobrir integralmente o valor do ativo. O inverso deste rácio permite ainda avaliar o número de anos de atividade necessários para cobrir o valor dos ativos.

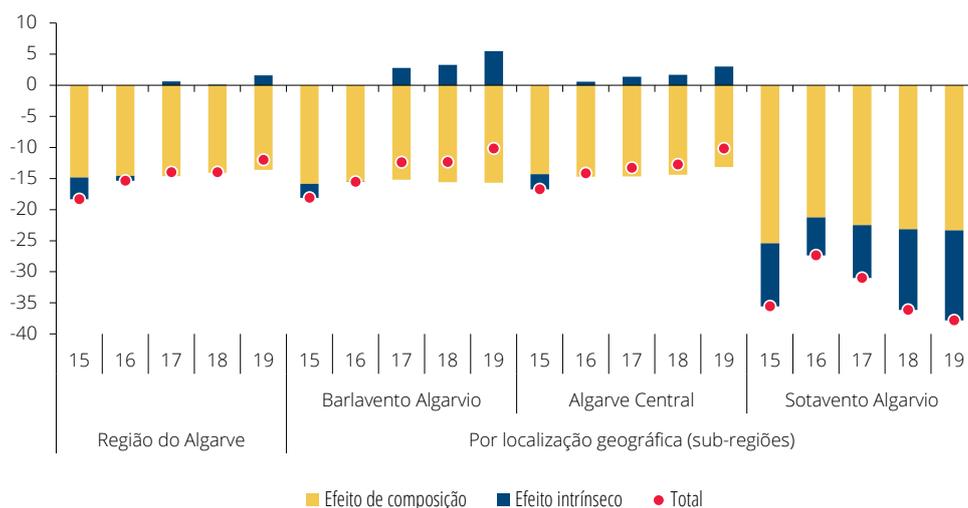
Em 2019, na região do Algarve, o volume de negócios correspondia a 57% do ativo, menos 12 pp do que no total das empresas. A rotação do ativo era de 59% no Algarve Central, 58% no Barlavento Algarvio e 31% no Sotavento Algarvio (Gráfico C1.5). Esta última sub-região registou consistentemente, no período 2015-2019, níveis de rotação do ativo inferiores aos observados nas demais sub-regiões e na totalidade da região do Algarve. Nesse período, a rotação do ativo aumentou 12 pp no Barlavento Algarvio e 11 pp no Algarve Central, enquanto no Sotavento Algarvio o aumento foi de 2 pp (em comparação com um aumento de 11 pp na região do Algarve).

**Gráfico C1.5 • Rotação do ativo**



Os menores níveis de rotação do ativo da região do Algarve e das sub-regiões que a integram foram determinados, no período 2015-2019, pelas respetivas composições setoriais, com conjuntos de atividades com menores rotações do ativo a assumir maior relevância (Gráfico C1.6). Ainda que este contributo tenha sido parcialmente compensado pelo efeito intrínseco em alguns períodos e agregados territoriais, no Sotavento Algarvio, não obstante o contributo determinante da composição setorial para o respetivo diferencial, também as características intrínsecas das empresas contribuíram sistematicamente para a menor rotação do ativo desta sub-região, em termos agregados, no período analisado.

**Gráfico C1.6 • Rotação do ativo | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**



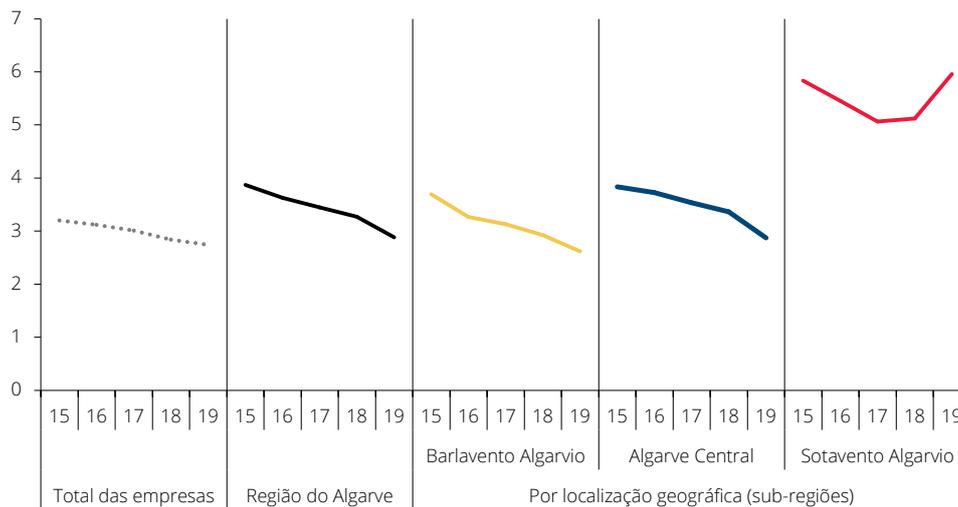
### Alavancagem financeira

A estrutura de financiamento das empresas é igualmente um dos fatores determinantes para a rentabilidade dos capitais próprios, ao refletir qual a proporção dos ativos (que as empresas utilizam na obtenção de rendimentos) financiados pelos acionistas. Quanto menor for essa proporção, tudo o resto constante, maior será o retorno por unidade de capitais próprios. Além dos capitais próprios, as empresas podem recorrer a capitais alheios para financiar os seus ativos, os quais incluem a dívida remunerada (títulos de dívida, empréstimos bancários e outros financiamentos), os créditos comerciais e outros passivos.

A alavancagem financeira permite quantificar a combinação de capitais próprios e de capitais alheios utilizada pelas empresas, ao indicar o número de vezes que os capitais próprios são cobertos pelo ativo. Este rácio será tanto maior quanto maior o recurso a capitais alheios. Em empresas rentáveis, o aumento da alavancagem financeira contribui positivamente para o nível de rentabilidade dos capitais próprios, considerando tudo o resto constante. No entanto, o seu efeito sobre a rentabilidade dos capitais próprios não deve ser avaliado sem considerar as implicações genericamente associadas a maiores níveis de alavancagem financeira, já que o maior recurso a capitais alheios pode implicar uma maior vulnerabilidade e exposição ao risco da empresa ou do agregado em causa.

Em 2019, o ativo das empresas da região do Algarve representava 2,9 vezes o valor dos respetivos capitais próprios (2,7 vezes no total das empresas) (Gráfico C1.7). A região do Algarve apresentou, entre 2015 e 2019, níveis de alavancagem financeira superiores aos do total das empresas, não obstante a redução deste indicador em uma unidade entre 2015 e 2019 (diminuição de 0,5 na totalidade das empresas do território nacional).

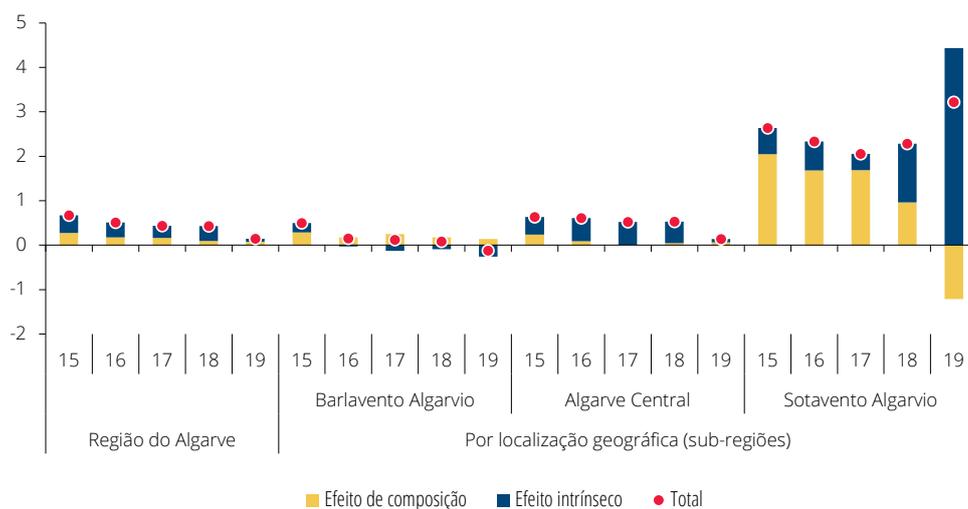
Gráfico C1.7 • Alavancagem financeira



A maior alavancagem financeira, comparativamente com o observado no total das empresas, era genericamente transversal às sub-regiões que integram a região do Algarve, com destaque para o Sotavento Algarvio: em 2019, o ativo das empresas desta região era equivalente a 6,0 vezes o valor do respetivo capital próprio, que compara com 2,9 e 2,6 no Algarve Central e no Barlavento Algarvio, respetivamente. Esta situação foi transversal a todo o período 2015-2019, durante o qual a região do Sotavento Algarvio foi inclusivamente a única a registar um crescimento da alavancagem financeira, ainda que marginal, na sequência de uma variação de 0,8 unidades entre 2018 e 2019. Nas demais sub-regiões, este indicador diminuiu em torno de uma unidade entre 2015 e 2019.

Os maiores níveis de alavancagem financeira registados na região do Algarve e na sub-região do Algarve Central, face ao observado na totalidade das empresas nacionais, foram determinados essencialmente pelas características intrínsecas das empresas (Gráfico C1.8). As empresas destes agregados territoriais apresentaram, em geral, níveis de alavancagem financeira mais elevados face ao registado nas empresas dos mesmos setores de atividade na totalidade do território nacional. O mesmo foi verificado na sub-região do Sotavento Algarvio, ainda que, neste caso, o contributo do efeito de composição tenha assumido maior preponderância até 2017, determinando em maior medida os níveis mais elevados de alavancagem financeira observados nesta sub-região. Em todas as sub-regiões que compõem a região do Algarve e na região como um todo, o efeito de composição foi, de forma transversal a todo o período analisado, positivo, indicando, nestes agregados territoriais, a maior relevância de setores de atividade que registam, tipicamente, níveis de alavancagem financeira mais elevados. Esta situação foi igualmente observada no Barlavento Algarvio, não obstante a compensação deste contributo pelo efeito associado às características intrínsecas das empresas nos anos mais recentes.

**Gráfico C1.8 • Alavancagem financeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em unidades)**



O diferencial entre a rentabilidade dos capitais próprios da região do Algarve como um todo e a registada na totalidade das empresas do território nacional decorreu de evoluções e níveis distintos, tendo em conta as várias componentes analisadas. A maior rentabilidade dos capitais próprios registada em 2019 resultou, essencialmente, do significativo aumento da rentabilidade das vendas, que, até 2017, era inferior na região do Algarve, determinando menores níveis de rentabilidade dos capitais próprios. Destacaram-se ainda a menor rotação do ativo registada na região (que induz uma menor eficiência das empresas na utilização dos recursos) e os maiores níveis de alavancagem financeira (com impacto num menor nível de capitais próprios, afetando positivamente a rentabilidade dos capitais próprios), não obstante as tendências de diminuição da última componente e de aumento da rotação do ativo no período analisado.

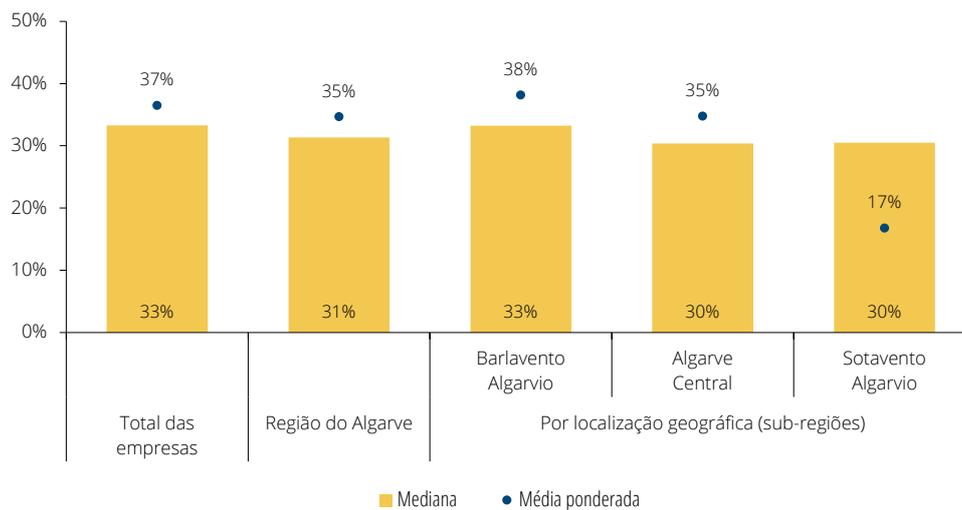
No que respeita à situação das sub-regiões, o Barlavento Algarvio e o Algarve Central acompanham de perto o cenário da região como um todo, partilhando as mesmas conclusões. Já no que respeita ao Sotavento Algarvio, os níveis genericamente menores de rentabilidade dos capitais próprios são influenciados pelos menores níveis de rentabilidade das vendas e de rotação do ativo, situações não compensadas pela significativamente maior alavancagem financeira da sub-região, comparativamente com o registado no total das empresas, na região do Algarve como um todo e nas demais sub-regiões que a integram.

## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Capitais próprios

A autonomia financeira das empresas da região do Algarve era de 35% em 2019 (em termos agregados), um valor 2 pp inferior ao registado no total das empresas, mas superior em 4 pp ao observado na região no ano anterior (Gráfico I.3.10). Entre 2015 e 2019, a autonomia financeira da região aumentou 9 pp (5 pp, no total das empresas). Neste período, a autonomia financeira agregada da região do Algarve foi genericamente idêntica à mediana da distribuição, com exceção de 2019, ano em que metade das empresas da região apresentaram uma autonomia financeira inferior ao valor médio.

Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2019)



Em termos agregados, o Barlavento Algarvio apresentava o rácio de autonomia financeira mais elevado: 38%, enquanto a sub-região do Algarve Central registava 35% e o Sotavento Algarvio 17%. Quando considerada a mediana da distribuição dos valores individuais deste indicador, as diferenças entre as várias sub-regiões eram, no entanto, mais reduzidas. No Barlavento Algarvio, metade das empresas registou autonomias financeiras superiores a 33%, enquanto no Algarve Central e no Sotavento Algarvio a mediana foi de 30%. Neste último caso, o valor mediano era superior à respetiva autonomia financeira agregada.

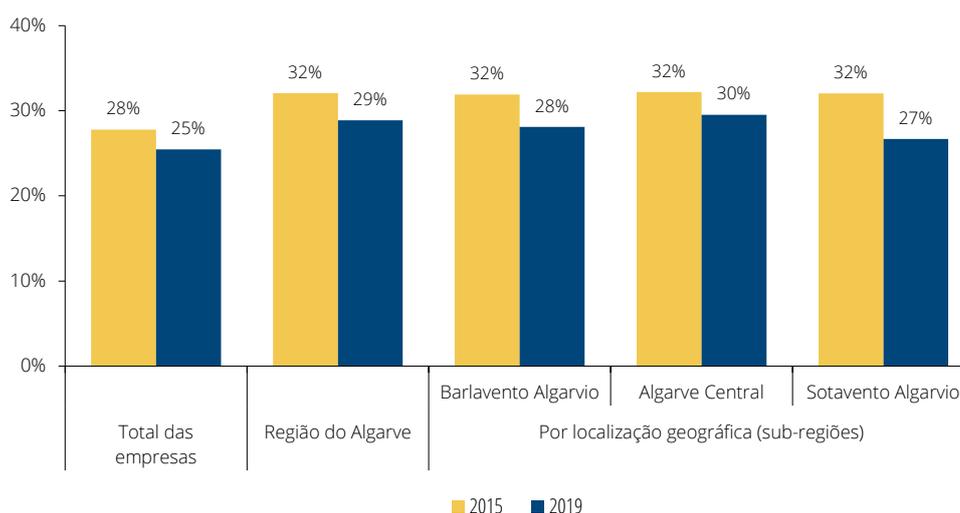
A menor autonomia financeira da região do Algarve no período 2015-2019, comparativamente com o registado na totalidade das empresas do território nacional, decorreu das características intrínsecas das respetivas empresas e da composição do respetivo tecido empresarial. Já os diferenciais registados pelas diversas sub-regiões face à região do Algarve como um todo (consistentemente positivos, entre 2015 e 2019, no caso do Barlavento Algarvio; genericamente negativos nas demais sub-regiões, ainda que de forma mais assinalável no Sotavento Algarvio) resultaram, em maior medida, das características intrínsecas das respetivas empresas. Em regra, o efeito de composição contribuiu negativamente para os respetivos diferenciais, o que indicia o maior peso relativo, nas sub-regiões analisadas, de setores com níveis de autonomia financeira mais reduzidos.

Entre 2015 e 2019, a autonomia financeira aumentou 11 pp na sub-região do Barlavento Algarvio e 9 pp no Algarve Central, tendo diminuído marginalmente no Sotavento Algarvio.

Por setores de atividade económica, a indústria apresentou, na região do Algarve, a autonomia financeira mais elevada em 2019 (39%). A construção (38%), o comércio (36%), os outros serviços (35%) e a agricultura e pescas (33%) também registaram níveis de autonomia financeira superiores ao da região como um todo. A eletricidade e água destacava-se pela menor autonomia financeira agregada (22%). Por classes de dimensão, a autonomia financeira foi, na região do Algarve, de 29% nas microempresas e nas grandes empresas, e de 41% nas pequenas e médias empresas.

No mesmo ano, 29% das empresas da região do Algarve apresentaram capitais próprios negativos, uma percentagem 3 pp superior à observada no total das empresas (Gráfico I.3.11). Ainda assim, entre 2015 e 2019, a percentagem de empresas da região nesta situação diminuiu 3 pp (2 pp, no total das empresas).

**Gráfico I.3.11 • Proporção de empresas com capitais próprios negativos**



Por localização geográfica, a percentagem de empresas com capitais próprios negativos era superior no Algarve Central (30%), seguindo-se o Barlavento Algarvio (28%) e o Sotavento Algarvio (27%). Entre 2015 e 2019, a parcela de empresas com capitais próprios negativos diminuiu em todas as sub-regiões: 5 pp no Sotavento Algarvio, 4 pp no Barlavento Algarvio e 3 pp no Algarve Central.

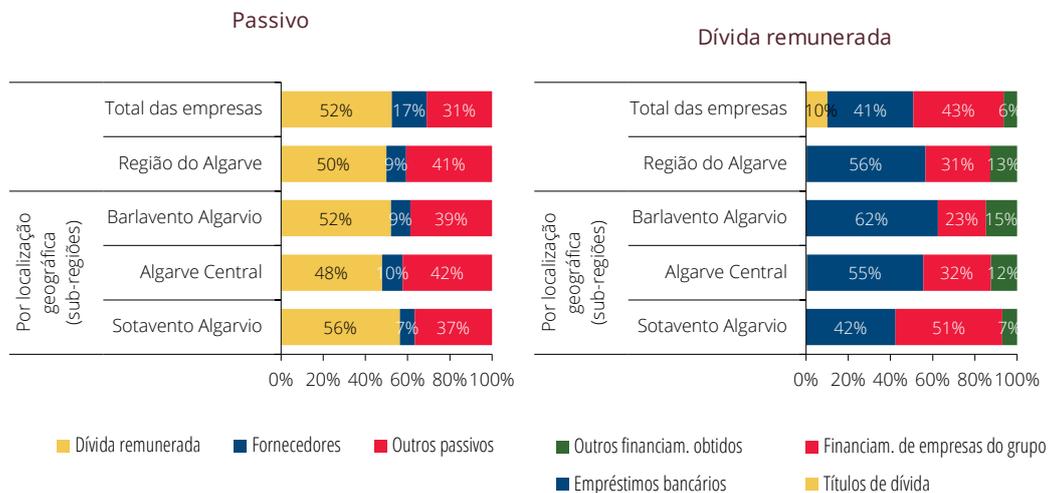
Por setores de atividade, o comércio e os outros serviços registavam as maiores parcelas de empresas com capitais próprios negativos em 2019 (30%, em ambos os casos). Em contraste, a eletricidade e água e a construção apresentavam as menores percentagens de empresas nesta situação (21% e 23%, respetivamente). Por classes de dimensão, a percentagem de empresas com capitais próprios negativos era, na região do Algarve, mais elevada nas microempresas (31%) e menor nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas (10% e 8%, respetivamente).

### 3.2.2 Capitais alheios

O financiamento com recurso a capitais alheios era a principal forma de financiamento da atividade das empresas da região do Algarve, em 2019. A sua relevância era superior à verificada no total das empresas.

A dívida remunerada<sup>18</sup> representava 50% do passivo das empresas da região do Algarve, percentagem abaixo dos 52% registados no total das empresas (Gráfico I.3.12). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) correspondiam a 9% dos capitais alheios da região (17% no total das empresas) e a restante parcela estava associada a outros passivos<sup>19</sup>. Entre 2015 e 2019, a composição do passivo da região não sofreu alterações significativas, destacando-se a diminuição do peso da dívida remunerada (4 pp), compensada pelo aumento da relevância dos outros passivos.

**Gráfico I.3.12 • Passivo | Estrutura (2019)**



A dívida remunerada constituía igualmente a componente mais relevante dos passivos das sub-regiões que integram a região do Algarve. Em 2019, esta componente era especialmente expressiva no Sotavento Algarvio, ao representar 56% do passivo da sub-região. Já no Barlavento Algarvio e no Algarve Central, a dívida remunerada correspondia a 52% e 48% dos respetivos passivos.

Os empréstimos bancários<sup>20</sup> representavam mais de metade da dívida remunerada da região do Algarve (56%, mais 16 pp do que no total das empresas). Seguiam-se os financiamentos de empresas do grupo e os outros financiamentos obtidos, componentes representativas de 31% e 13% da dívida remunerada da região, respetivamente. A parcela de títulos de dívida na dívida remunerada das empresas da região era residual.

Por localização geográfica, os empréstimos bancários eram a rubrica mais significativa da dívida remunerada no Barlavento Algarvio e no Algarve Central, assumindo especial destaque no Barlavento Algarvio ao representarem 62% da respetiva dívida remunerada. Já os financiamentos de empresas do grupo representavam a maior parcela da dívida remunerada das empresas do Sotavento Algarvio (51%), situação associada à estrutura de financiamento de um conjunto reduzido de empresas com sede nesta sub-região.

<sup>18</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>19</sup> A classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

<sup>20</sup> A Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

Apesar da maior relevância dos empréstimos bancários na composição da dívida remunerada da região do Algarve em 2019, o peso desta componente diminuiu 7 pp face a 2015 (diminuição de 3 pp no total das empresas). Em contrapartida, a parcela da dívida remunerada da região associada a financiamentos de empresas do grupo aumentou 5 pp. Apesar destas variações, a ordem de importância das várias rubricas não se alterou entre 2015 e 2019.

No mesmo período, o peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada diminuiu 19 pp e 10 pp, respetivamente, nas sub-regiões do Sotavento Algarvio e do Algarve Central. Já no Barlavento Algarvio, o peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada aumentou 3 pp, por contrapartida da redução do peso dos financiamentos de empresas do grupo.

A dívida remunerada era, em 2019, em linha com o verificado na região do Algarve como um todo, a componente mais significativa do passivo da generalidade dos setores de atividade. O peso da dívida remunerada era superior nos outros serviços e na agricultura e pescas, setores em que esta componente constituía a parcela maioritária dos respetivos passivos (53% e 52%). A eletricidade e água era o único setor para o qual a dívida remunerada não constituía a principal componente do respetivo passivo; neste setor assumiam maior relevo os outros passivos (53%). Destaque-se ainda a maior relevância dos créditos comerciais na estrutura do passivo do comércio, representativos de 32% do valor agregado do setor na região. Já no que respeita à estrutura da dívida remunerada, salienta-se o peso assumido pelos empréstimos bancários independentemente do setor em análise. O peso desta componente era particularmente assinalável nos setores da indústria, do comércio e da eletricidade e água, ao representar 75%, 72% e 70%, respetivamente, das dívidas remuneradas destes setores na região.

A dívida remunerada era igualmente a componente mais relevante do passivo das pequenas e médias empresas da região do Algarve (56%). Não obstante a importância desta componente também no passivo das microempresas e das grandes empresas (46% dos respetivos passivos, em ambos os casos), nestas classes de dimensão eram mais preponderantes os outros passivos (47% dos passivos, em ambas as classes de dimensão). Os empréstimos bancários eram a componente mais significativa da dívida remunerada na globalidade das classes de dimensão, destacando-se o peso assumido por esta componente na dívida remunerada das pequenas e médias empresas e das grandes empresas da região (68% e 63%, respetivamente, pesos que comparam com 42% nas microempresas).

O passivo das empresas da região do Algarve diminuiu 2% em 2019, uma variação que contrasta com o crescimento de 2% registado no total das empresas (Quadro I.3.1). Para a diminuição do passivo agregado das empresas da região contribuiu a dívida remunerada (3,1 pp, na sequência de uma diminuição de 6%). Pelo contrário, os aumentos dos créditos comerciais e dos outros passivos, de 2% e 3%, respetivamente, determinaram, em ambos os casos, contributos positivos para a variação do passivo da região (inferiores, no entanto, a 1 pp, em cada um dos casos).

A diminuição da dívida remunerada da região do Algarve, em 2019, foi particularmente influenciada pela redução de 14% dos financiamentos de empresas do grupo (contributo negativo em 5 pp para a variação da dívida remunerada da região), seguindo-se os outros financiamentos obtidos (diminuição de 16% e contributo negativo em 2 pp). Em contraponto, o aumento dos empréstimos bancários (2%) determinou um contributo positivo desta componente para a evolução da dívida remunerada da região do Algarve (em 1 pp).

Entre 2015 e 2019, o passivo da região do Algarve aumentou 7%, crescimento similar ao observado no total das empresas nacionais. No mesmo período, o ativo da região aumentou 22% (4% no último ano).

**Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2019)**

		Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas		2,0%	2,0%	2,4%	2,1%
Região do Algarve		-6,0%	2,0%	2,5%	-2,0%
Por localização geográfica (sub-regiões)	Barlavento Algarvio	-3,7%	-2,4%	-4,3%	-3,8%
	Algarve Central	-9,5%	3,0%	3,0%	-3,4%
	Sotavento Algarvio	11,6%	14,6%	34,4%	19,3%

Nota: O sombreado escuro destaca a sub-região com a variação mais significativa do passivo e de cada uma das suas componentes. O sombreado claro identifica todas as variações positivas que não as consideradas no conjunto anterior.

Em 2019, o passivo do Sotavento Algarvio aumentou 19% face ao registado em 2018, tendo diminuído 4% no Barlavento Algarvio e 3% no Algarve Central. O aumento do passivo das empresas do Sotavento Algarvio decorreu essencialmente do aumento dos outros passivos (34%, com um contributo de 11 pp para o crescimento do passivo da sub-região). Não obstante, também a dívida remunerada e os créditos comerciais registaram crescimentos significativos nesta sub-região, com a primeira componente a contribuir em 7 pp para a variação agregada do passivo do Sotavento Algarvio. Nas restantes sub-regiões, as diminuições dos respetivos passivos deveram-se essencialmente às reduções das respetivas dívidas remuneradas: 9% no Algarve Central, associada a um contributo negativo de 5 pp para a variação do passivo da sub-região, e 4% no Barlavento Algarvio, correspondente a um contributo negativo de 2 pp para a variação do passivo desta sub-região.

Por setores de atividade económica, destacavam-se os aumentos dos passivos da eletricidade e água e da agricultura e pescas (8% e 7%, respetivamente), em oposição à diminuição registada na construção (9%). O aumento do passivo das empresas da região esteve ligado à variação do passivo das grandes empresas: crescimento de 30%, em contraponto com diminuições de 7% nas pequenas e médias empresas e de 3% nas microempresas.

Dada a relevância dos empréstimos bancários na composição do passivo da região do Algarve, apresenta-se na Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaque-se a elevada concentração dos empréstimos concedidos junto das pequenas e médias empresas e das empresas dos outros serviços. As empresas do Algarve Central agregavam a maior parte dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas da região.

## Caixa 2 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente<sup>21</sup>

Com base na informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta Caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da região do Algarve junto do sistema bancário residente<sup>22</sup>.

No final de 2020, as empresas da região do Algarve reuniam 4% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas, um peso semelhante ao observado no final de 2015.

As pequenas e médias empresas agregavam 61% dos empréstimos bancários destinados à região do Algarve, no final de 2020 (Gráfico C2.1). A restante parcela concentrava-se essencialmente nas microempresas (34%), enquanto as grandes empresas reuniam 5% dos empréstimos concedidos às empresas da região. Entre o final de 2015 e o final de 2020, a parcela de empréstimos dirigidos às microempresas diminuiu 7 pp, por contrapartida dos aumentos dos pesos das pequenas e médias empresas (4 pp) e das grandes empresas (3 pp).

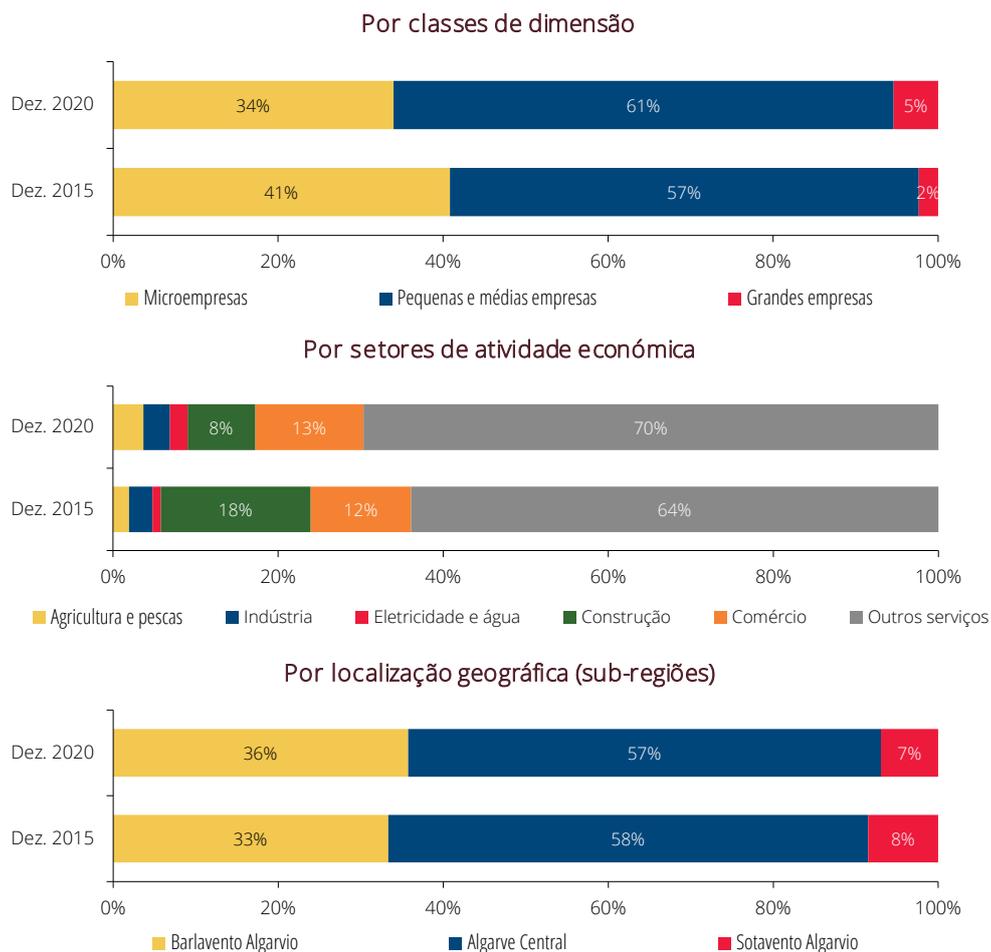
Por setores de atividade económica, a maior parte do montante de empréstimos bancários concedidos às empresas da região do Algarve pelo sistema bancário destinava-se, no final de 2020, às empresas dos outros serviços (70%), seguindo-se o comércio (13%) e a construção (8%). Entre o final de 2015 e o final de 2020, a proporção de empréstimos bancários associados à construção diminuiu 10 pp. Esta redução foi compensada, em grande parte, pelo aumento da parcela associada aos outros serviços (6 pp).

Por localização geográfica, as empresas do Algarve Central, do Barlavento e do Sotavento Algarvio agregavam 57%, 36% e 7% dos empréstimos concedidos às empresas sediadas na região do Algarve, no final de 2020. Entre o final de 2015 e o final de 2020, a parcela de empréstimos bancários associados às empresas do Barlavento Algarvio aumentou 2 pp, por contrapartida da redução do peso das demais sub-regiões.

<sup>21</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, poderá ser consultado o *Cademo nº 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

<sup>22</sup> Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**Gráfico C2.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da região do Algarve junto do sistema bancário residente (valores em fim de período)**

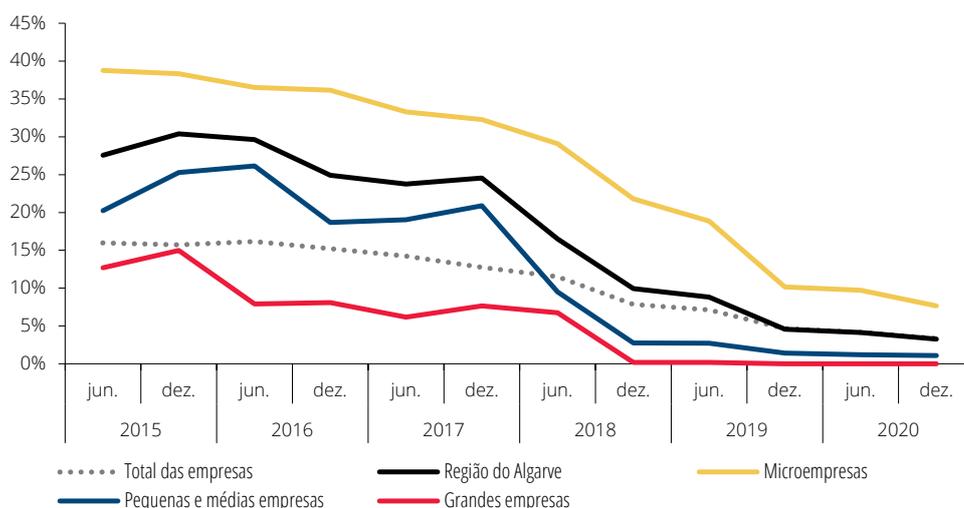


O rácio de empréstimos vencidos<sup>23</sup> da região do Algarve era, no final de 2020, de 3,3% (3,4% no caso do total das empresas) (Gráfico C2.2). Esta situação contrastava com a verificada até junho de 2019, período em que a região apresentou rácios de empréstimos vencidos superiores aos do total das empresas. Entre o final de 2015 e o final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos da região diminuiu 27 pp (redução de 12 pp no total das empresas).

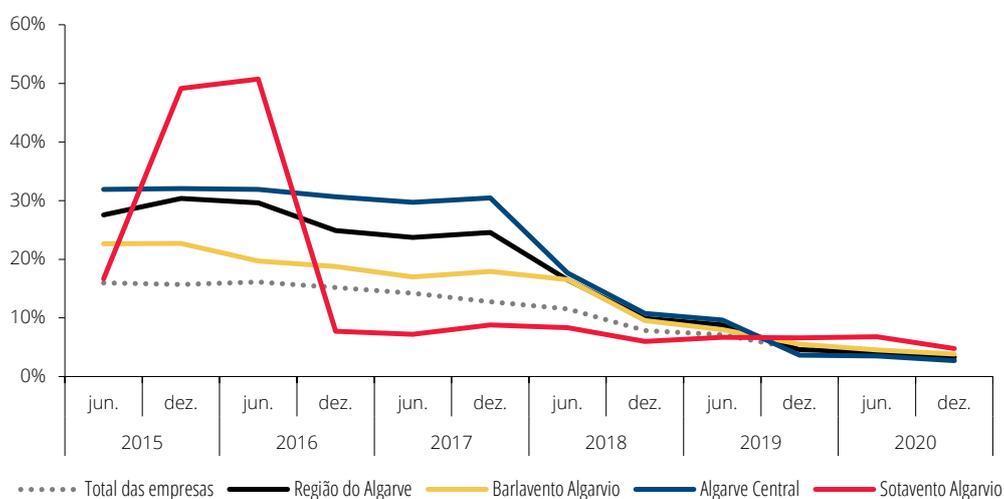
<sup>23</sup> Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, sendo calculada a proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos. Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações poderá ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

**Gráfico C2.2 • Rácio de empréstimos vencidos (% do total, valores em fim de período)**

Por classes de dimensão



Por localização geográfica (sub-regiões)



Em dezembro de 2020, o rácio de empréstimos vencidos era superior nas microempresas da região do Algarve (7,7%), seguindo-se as pequenas e médias empresas (1,1%). As grandes empresas não registavam empréstimos em incumprimento. Entre o final de 2015 e o final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos diminuiu 31 pp nas microempresas, 24 pp nas pequenas e médias empresas e 15 pp nas grandes empresas.

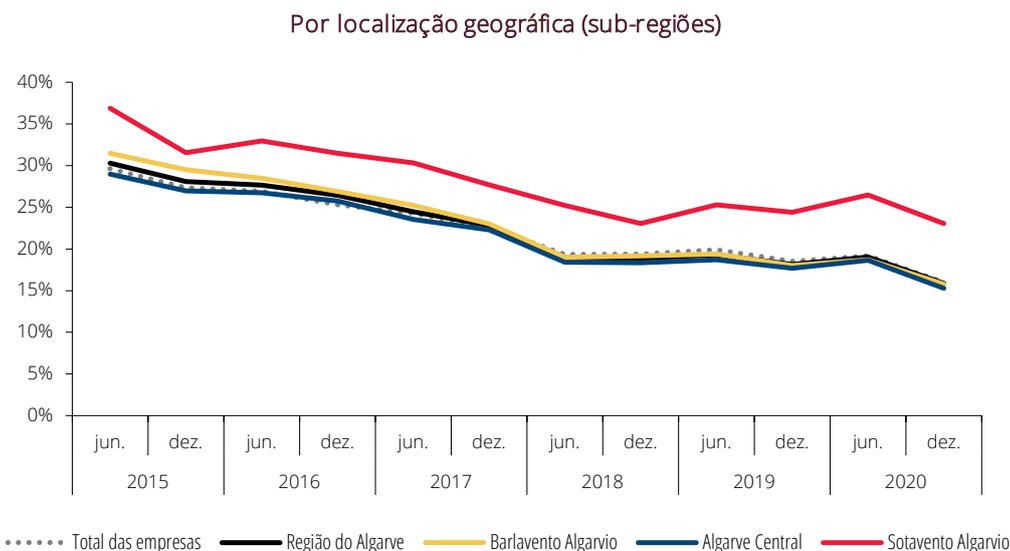
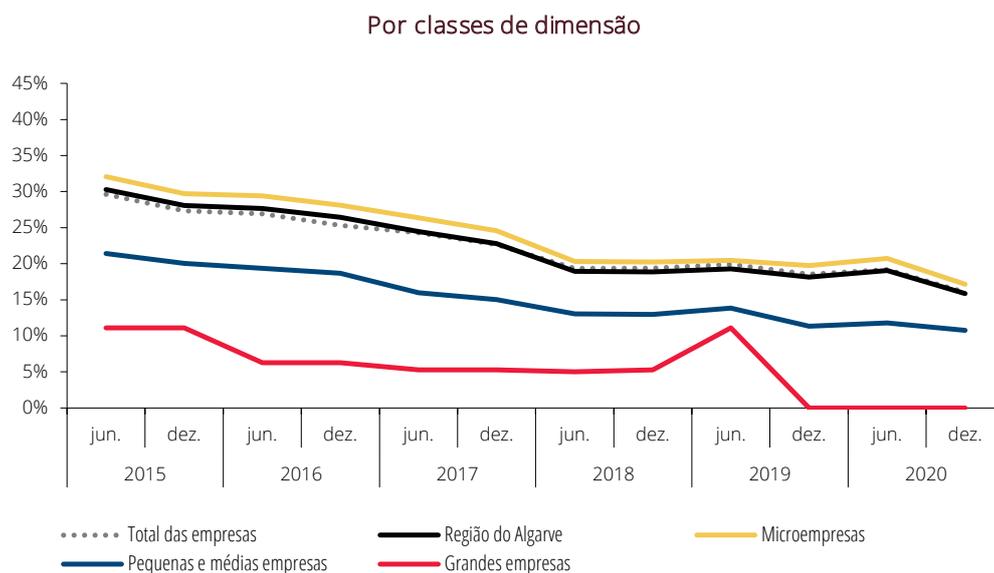
Na região do Algarve, o rácio de empréstimos vencidos era mais elevado no setor da construção (12,4%), uma situação transversal ao período analisado. Seguiam-se a indústria (3,9%) e o comércio (3%). Entre o final de 2015 e o final de 2020, todos os setores de atividade económica registaram reduções dos respetivos rácios de empréstimos vencidos. Destaque-se as reduções registadas na construção (30 pp), nos outros serviços (28 pp) e no comércio (17 pp).

No final de 2020, o maior rácio de empréstimos vencidos da região estava associado às empresas do Sotavento Algarvio (4,8%), seguindo-se o Barlavento Algarvio (3,8%) e o Algarve Central (2,7%). Não obstante, entre dezembro de 2016 e junho de 2019, as empresas do Sotavento Algarvio

foram as que apresentaram, em termos agregados, os rácios de crédito vencido mais baixos. No período em análise, todas as sub-regiões registaram diminuições das respetivas percentagens de empréstimos em incumprimento: 44 pp, no Sotavento Algarvio, 29 pp no Algarve Central e 19 pp, no Barlavento Algarvio.

No final de 2020, a percentagem de empresas com crédito em incumprimento na região do Algarve era de 16%, valor similar ao observado no total das empresas (Gráfico C2.3). Entre o final de 2015 e o final de 2020, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos diminuiu 12 pp na região (redução de 11 pp no total das empresas).

**Gráfico C2.3 • Percentagem de devedores com empréstimos vencidos (valores em fim de período)**



Por classes de dimensão, a percentagem de devedores da região do Algarve com empréstimos vencidos era, no final de 2020, de 17% nas microempresas e 11% nas pequenas e médias

empresas. Em ambos os casos, estas parcelas eram inferiores às verificadas no final de 2015 (em 13 pp e 9 pp, respetivamente). No final de 2020, não havia registo de grandes empresas com empréstimos em incumprimento, situação verificada desde o final de 2019.

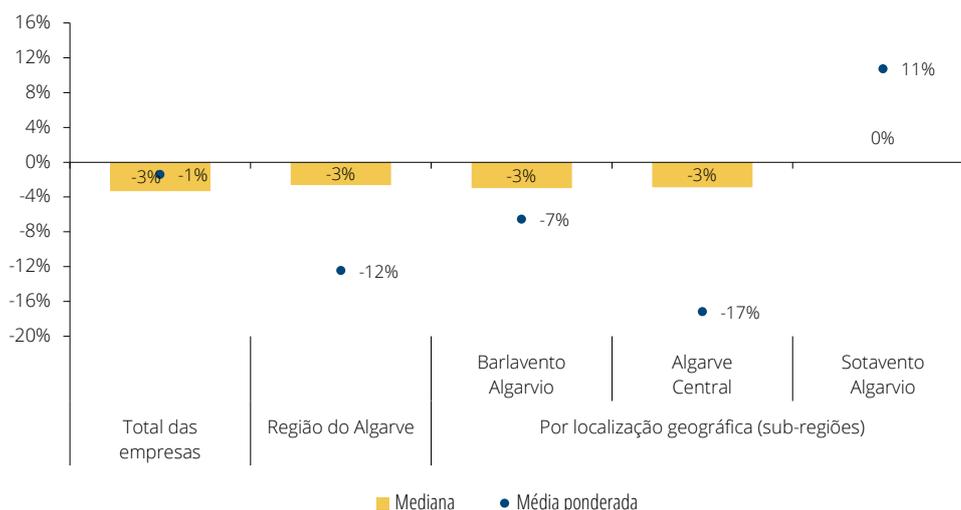
A construção apresentava a maior percentagem de devedores em incumprimento na região do Algarve (24%), no final de 2020, apesar de ter registado a maior redução deste indicador desde o final de 2015 (25 pp). Nos restantes setores, 20% das empresas da indústria encontravam-se nesta situação, seguindo-se a agricultura e pescas e o comércio (17%, em ambos os casos) e os outros serviços (13%).

A percentagem de devedores com empréstimos vencidos era superior no Sotavento Algarvio (23%), seguindo-se o Barlavento Algarvio (16%) e o Algarve Central (15%). Entre o final de 2015 e o final de 2020, todas as sub-regiões apresentaram reduções das respetivas percentagens de empresas com empréstimos em incumprimento: 14 pp no Barlavento Algarvio, 12 pp no Algarve Central e 9 pp no Sotavento Algarvio.

### 3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2019, os gastos de financiamento<sup>24</sup> da região do Algarve diminuíram, em média, 12% em relação a 2018 (1% no total das empresas) (Gráfico I.3.13). Entre 2015 e 2019, os gastos de financiamento das empresas da região diminuíram de forma consecutiva, determinando uma redução acumulada de 32% (28%, no total das empresas nacionais).

**Gráfico I.3.13** • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2019)



Para a diminuição dos gastos de financiamento da região do Algarve em 2019 contribuíram, em grande parte, as empresas do Algarve Central, com uma redução dos respetivos gastos de financiamento de 17% (contributo de -11 pp para a evolução do total da região). O Barlavento

<sup>24</sup> O agregado "gastos de financiamento" compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Algarvio apresentou uma diminuição dos gastos de financiamento de 7%, em termos agregados (contributo de -2 pp). Pelo contrário, os gastos de financiamento das empresas do Sotavento Algarvio aumentaram 11% entre 2018 e 2019 (contributo positivo em 1 pp, associado ao aumento dos gastos de financiamento de um conjunto reduzido de entidades com sede nesta sub-região).

A redução dos gastos de financiamento, em termos agregados, não representava, no entanto, a situação registada pela maior parte das empresas da região: metade das empresas apresentou uma redução inferior a 3% ou mesmo um aumento dos gastos de financiamento (mediana idêntica no total das empresas).

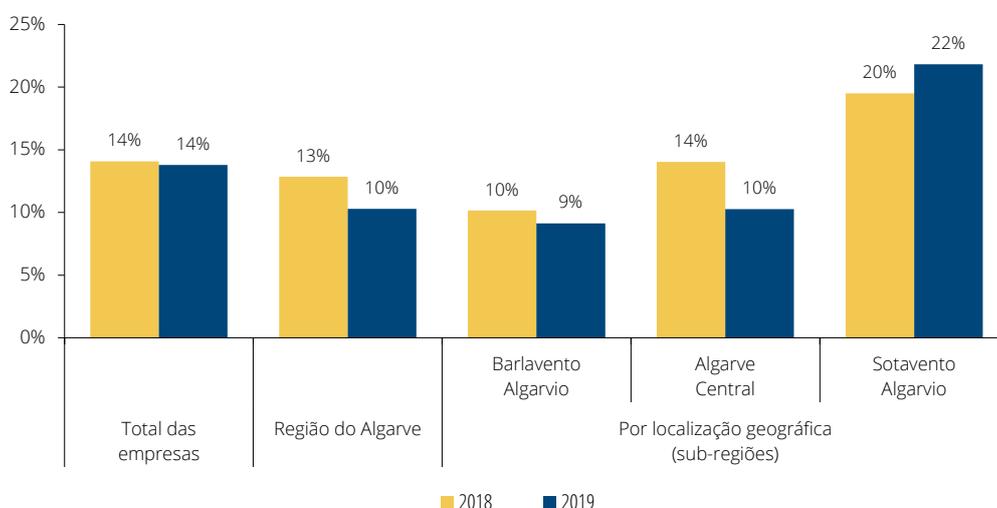
As sub-regiões do Algarve Central e do Barlavento Algarvio registaram situações semelhantes à observada na região como um todo, sendo o valor mediano da evolução dos gastos de financiamento destas sub-regiões (-3%) superior à respetiva variação agregada. Pelo contrário, no Sotavento Algarvio, metade das empresas apresentava reduções dos gastos de financiamento, não obstante o crescimento agregado de 11% dos gastos de financiamento. Nesta sub-região, o valor mediano deste indicador também foi superior ao valor mediano apresentado pelas restantes sub-regiões e pela região como um todo.

A redução dos gastos de financiamento foi, na região do Algarve, transversal à maioria dos setores de atividade, destacando-se as reduções dos gastos de financiamento da construção (29%) e dos outros serviços (14%), setor que contribuiu de forma mais significativa para a evolução do indicador na região (-9 pp). Nos setores da eletricidade e água e da agricultura e pescas, os gastos de financiamento aumentaram 10% e 3%, respetivamente.

A diminuição dos gastos de financiamento foi transversal às várias classes de dimensão: 14% nas microempresas, 13% nas pequenas e médias empresas e 6% nas grandes empresas.

Em 2019, o rácio de pressão financeira da região do Algarve, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA diminuiu 3 pp, para 10% (Gráfico I.3.14). Este nível foi inferior ao registado no total das empresas (14%) pelo quarto ano consecutivo, tendo diminuído 14 pp entre 2015 e 2019 (redução de 9 pp no total das empresas).

**Gráfico I.3.14 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA**

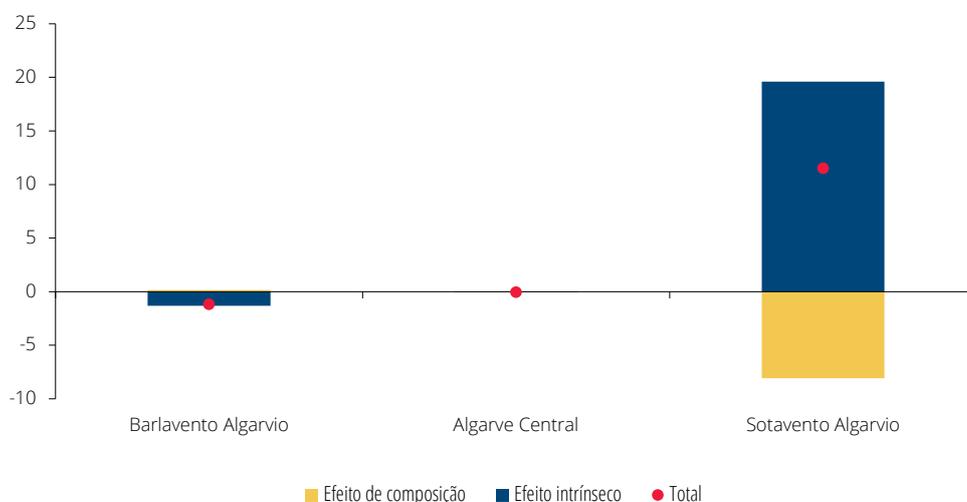


Entre 2018 e 2019, o nível de pressão financeira diminuiu 4 pp no Algarve Central e 1 pp no Barlavento Algarvio, e aumentou 2 pp no Sotavento Algarvio. Esta última sub-região apresentava o maior rácio de pressão financeira (22%, em 2019), seguida do Algarve Central (10%). No

Barlavento Algarvio, a parcela de EBITDA consumida por gastos de financiamento era inferior à observada na região do Algarve como um todo (9%).

As características intrínsecas das empresas da região contribuíram, em maior medida, para o menor nível de pressão financeira registado na região do Algarve no período 2015-2019, face ao verificado na totalidade do território nacional. Em contraponto, no mesmo período, o efeito de composição foi sistematicamente positivo, indicando que a pressão financeira da região só não foi menor pela maior relevância no respetivo tecido empresarial de setores cuja pressão financeira é tipicamente mais elevada. Também o diferencial entre a pressão financeira da região e a registada pelas sub-regiões que a integram foi eminentemente influenciado pelas características intrínsecas das empresas. No Sotavento Algarvio, não obstante o contributo negativo do efeito de composição para o diferencial da pressão financeira da sub-região comparativamente com o da região do Algarve como um todo, este foi mais do que compensado pelo contributo positivo do efeito intrínseco, que determinou uma pressão financeira mais elevada nesta sub-região, indicativa de um tecido empresarial com empresas com níveis mais elevados de pressão financeira face às empresas dos mesmos setores na região como um todo (Gráfico I.3.15).

**Gráfico I.3.15 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Decomposição do diferencial face ao total da região do Algarve (2019, em pp)**



Os valores médios de pressão financeira não espelhavam, contudo, a situação observada na maioria das empresas, quer da região do Algarve, quer das sub-regiões que a compõem. Em 2019, metade das empresas da região apresentou uma pressão financeira igual ou inferior a 3%, menos 1 pp do que o observado na mesma proporção de empresas na totalidade do território nacional e 2 pp do que o verificado no Sotavento Algarvio. No Barlavento Algarvio e no Algarve Central, este limiar era análogo ao registado na região do Algarve como um todo.

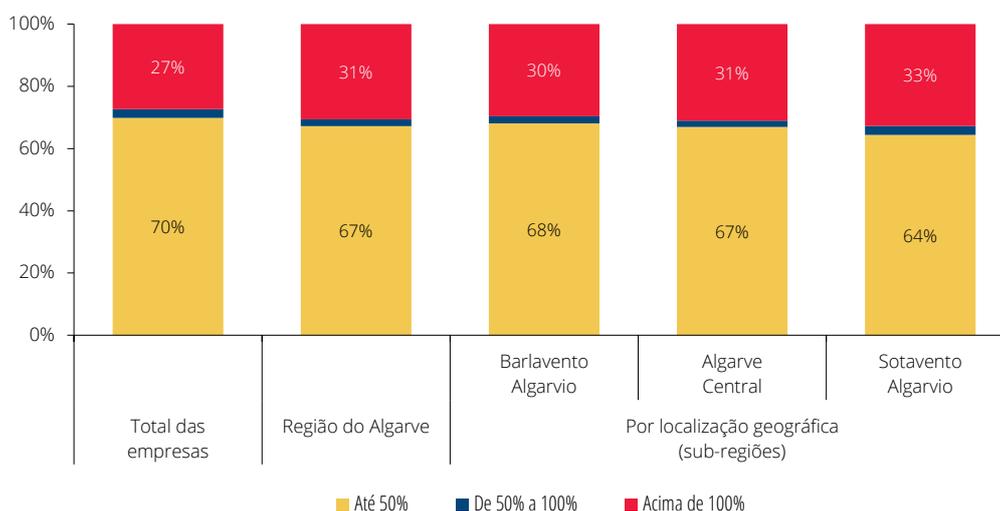
A redução do nível de pressão financeira em 2019 foi transversal à maioria dos setores de atividade económica, tendo sido mais acentuada na construção (5 pp). A eletricidade e água constituiu a única exceção, com um aumento de 1 pp. Este setor apresentava a maior parcela de EBITDA consumido por gastos de financiamento (16%), seguindo-se a agricultura e pescas, os outros serviços e a indústria (11%, em qualquer dos casos). Pelo contrário, o comércio e a construção registaram os níveis de pressão financeira mais baixos (7% e 8%, respetivamente).

Todas as classes de dimensão apresentaram diminuições dos respetivos níveis de pressão financeira, na região do Algarve: 3 pp nas grandes empresas e nas microempresas e 2 pp nas

pequenas e médias empresas. A parcela de EBITDA consumido por gastos de financiamento era superior nas grandes empresas (12%, compara com 10% nos restantes agregados).

Em 2019, 31% das empresas da região do Algarve não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, uma percentagem superior à observada no total das empresas (27%) (Gráfico I.3.16). Entre 2015 e 2019, esta parcela diminuiu 6 pp na região do Algarve (5 pp, no total das empresas).

**Gráfico I.3.16** • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Distribuição das empresas por classes (2019)



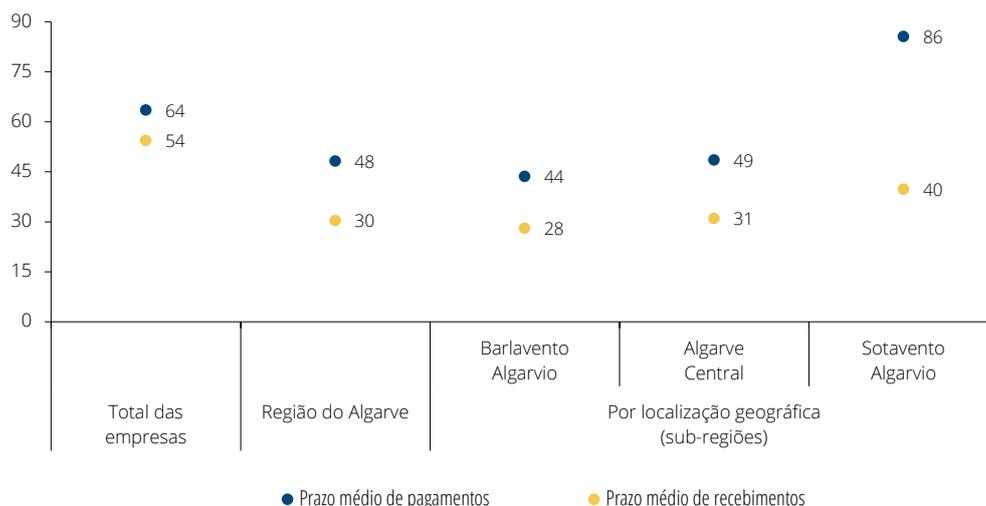
A proporção de empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento era superior no Sotavento Algarvio (33%, em 2019) e mais baixa no Barlavento Algarvio (30%). Esta percentagem era, na região do Algarve, mais elevada na agricultura e pescas e nos outros serviços (32%) e mais reduzida na eletricidade e água (14%). A parcela de empresas sem EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento era, nesta região, decrescente com a dimensão das empresas: 35% nas microempresas, 12% nas pequenas e médias empresas e 5% nas grandes empresas.

### 3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2019, o financiamento por créditos comerciais representava 9% do passivo das empresas com sede na região do Algarve (17% no total das empresas). O peso deste tipo de financiamento no passivo das empresas da região não sofreu alterações entre 2015 e 2019.

O prazo médio de pagamentos das empresas da região do Algarve foi, em 2019, de 48 dias, em termos agregados, menos 15 dias do que o prazo verificado na totalidade das empresas nacionais (Gráfico I.3.17). O prazo médio de recebimentos da região (30 dias) foi igualmente inferior (em 24 dias) ao registado no total das empresas. Entre 2015 e 2019, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas da região do Algarve diminuíram 16 dias, em ambos os casos, em termos agregados. Estas reduções superaram as verificadas no total das empresas (4 e 9 dias, respetivamente).

**Gráfico I.3.17 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2019)**



A sub-região do Barlavento Algarvio apresentou, em 2019, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos mais baixos (44 e 28 dias, respetivamente) e o diferencial mais reduzido entre estes indicadores (16 dias). No Algarve Central (prazo médio de pagamentos de 49 dias e prazo médio de recebimentos de 31 dias) este diferencial foi de 18 dias. Já o Sotavento Algarvio apresentou, no período 2015-2019, os prazos mais elevados, em geral, bem como o maior diferencial entre estes. Esta situação foi influenciada pelo elevado prazo médio de pagamentos: 86 dias, que compara com um prazo médio de recebimentos de 40 dias, em 2019.

Todas as sub-regiões da região do Algarve registaram reduções dos respetivos prazos médios entre 2015 e 2019. Destaque-se a sub-região do Algarve Central, que apresentou reduções de 17 dias nos prazos médios de pagamentos e de recebimentos. No Barlavento Algarvio, as reduções foram de 15 dias no prazo médio de pagamentos e de 12 dias no prazo médio de recebimentos. O Sotavento Algarvio foi a sub-região que apresentou o menor decréscimo do prazo médio de pagamentos (8 dias) e o maior decréscimo do prazo médio de recebimentos (19 dias).

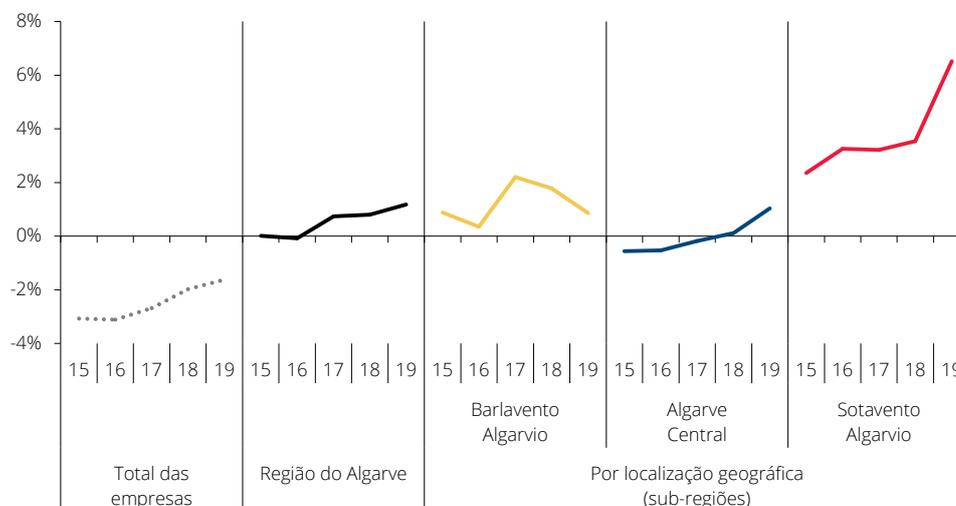
O indicador líquido de financiamento por dívida comercial<sup>25</sup>, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento.

Em 2019, o saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes da região do Algarve, avaliado em termos líquidos, foi positivo, pelo terceiro ano consecutivo, e correspondeu a 1,2% do respetivo volume de negócios agregado. Esta situação contrastou com a registada na totalidade do território nacional, em que o indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi negativo em todo o período analisado, sendo equivalente a 1,6% do respetivo volume de negócios, em 2019 (Gráfico I.3.18). Assim, em termos líquidos, os créditos comerciais constituíram uma fonte

<sup>25</sup> O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos). Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, indicando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

de financiamento das empresas da região do Algarve, e não uma aplicação destas no financiamento dos seus clientes.

**Gráfico I.3.18 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



Em 2019, o indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi positivo em todas as sub-regiões da região do Algarve: correspondeu a 6,5% do volume de negócios gerado no Sotavento Algarvio, a 1% no Algarve Central e a 0,9% no Barlavento Algarvio. Entre 2015 e 2019, o financiamento por dívida comercial foi sempre positivo no Barlavento Algarvio e no Sotavento Algarvio. No Algarve Central, esta situação apenas não se verificou entre 2015 e 2017.

Por setores de atividade económica, em 2019, o financiamento por dívida comercial foi positivo nos setores da construção (equivalente a 3,2% do respetivo volume de negócios), do comércio (1,8% do volume de negócios) e dos outros serviços (1,6% do volume de negócios). Pelo contrário, o financiamento por dívida comercial foi negativo na agricultura e pescas, na indústria e na eletricidade e água. Este último setor destacava-se com um financiamento por dívida comercial negativo numa proporção equivalente a 11,4% do respetivo volume de negócios.

Por classes de dimensão, o financiamento por dívida comercial foi positivo nas microempresas e nas pequenas e médias empresas, no equivalente a 2,2% e 1,1% dos respetivos volumes de negócios. Nas grandes empresas, o saldo de clientes superou as dívidas comerciais junto de fornecedores, em termos líquidos, representando 1,7% do respetivo volume de negócios.

---

## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Decomposição do diferencial das sub-regiões face ao total das empresas da região do Algarve:** O diferencial entre os valores agregados para os rácios de cada sub-região analisada e o valor calculado para o total das empresas da região do Algarve é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial de cada uma das sub-regiões, e no efeito intrínseco, isto é, associado às características das empresas de cada sub-região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a definida pelo Banco Central Europeu (2017).

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, poderá ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 36 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Empréstimos vencidos:** Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, já que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes,

registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abatidos ao ativo.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Índice de Theil (normalizado):** Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região ( $T_r$ ) é dado por  $-\sum_{j=1}^J \left[ \frac{X_{rj}}{X_r} * \ln\left(\frac{X_{rj}}{X_r}\right) \right]$ , sendo  $X_{rj}$  o volume de negócios da atividade  $j$  na região  $r$  e  $X_r$  o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e  $\ln J$ , em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado  $T'_r$  é dado por  $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$ ), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**NUTS:** A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de empréstimos vencidos:** Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

**Região do Algarve:** Região definida de acordo com as NUTS II. Recorrendo a uma segmentação da região do Algarve com base nos municípios que a integram, este estudo contempla as sub-regiões do **Barlavento Algarvio** (Vila do Bispo, Aljezur, Monchique, Lagos, Portimão, Lagoa e Silves), do **Algarve Central** (Albufeira, Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão e Tavira) e do **Sotavento Algarvio** (Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António).

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que respeita ao total das empresas, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3. Por forma a simplificar a análise, agregaram-se algumas Secções da CAE-Rev.3. Foram considerados os seguintes agregados: agricultura e pescas (Secção A); indústria (Secções B e C); eletricidade e água (Secções D e E), construção (Secção F), comércio (Secção G) e outros serviços (Secções H a S, com exceção das atividades excluídas do âmbito desta análise).

**Sistema bancário residente:** Inclui bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

# Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado Líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco Central Europeu (2017), "Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2018), "Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 31, abril de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_31\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf)

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Banco de Portugal (2021), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 46, março de 2021.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_46\\_2021.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_46_2021.pdf)

Brandão, Elísio (2003), *Finanças*, Porto Editora, setembro 2003.

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Ross, Stephen A.; Westerfield, Randolph W.; Jaffe, Jeffrey F. (2010), *Corporate Finance*, ninth edition, McGraw-Hill / Irwin.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020
- 45 | Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira, agosto 2020
- 46 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019, março 2021
- 47 | Análise das empresas da região do Algarve, agosto 2021